



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO – CAMPUS JOÃO PESSOA  
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA**

**BRUNA GABRIELLA LIMA SANTOS**

**A POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA CONJUGALIDADE  
SIMULTÂNEA PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS**

**JOÃO PESSOA  
2019**

**BRUNA GABRIELLA LIMA SANTOS**

**A POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA CONJUGALIDADE  
SIMULTÂNEA PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito de João Pessoa do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial da obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Dr. <sup>a</sup> Raquel Moraes de Lima

**JOÃO PESSOA  
2019**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237p Santos, Bruna Gabriella Lima.

A POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA CONJUGALIDADE  
SIMULTÂNEA PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS / Bruna Gabriella  
Lima Santos. - João Pessoa, 2019.  
64 f.

Orientação: RAQUEL MORAES DE LIMA.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Monogamia. 2. Famílias Paralelas. 3. Pluralismo  
Familiar. 4. Previdência Social. 5. Garantias  
Constitucionais. I. LIMA, RAQUEL MORAES DE. II. Título.

UFPB/CCJ

**BRUNA GABRIELLA LIMA SANTOS**

**A POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA CONJUGALIDADE  
SIMULTÂNEA PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito de João Pessoa do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial da obtenção do grau de Bacharel em Direito.

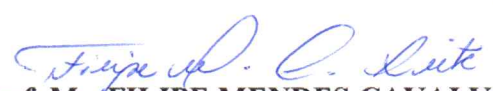
Orientadora: Dr.ª Raquel Moraes de Lima

**DATA DA APROVAÇÃO:** 17 DE SETEMBRO DE 2019

**BANCA EXAMINADORA:**

  
**Prof.ª Dr.ª RAQUEL MORAES DE LIMA**  
(ORIENTADORA)

  
**Prof. Dr. JONABIO BARBOSA DOS SANTOS**  
(AVALIADOR)

  
**Prof. Ms. FILIPE MENDES CAVALVANTI LEITE**  
(AVALIADOR)

**Ao meu pai, Fernando, que em vida não poupou  
esforços para que eu tivesse uma próspera  
educação.**

## **AGRADECIMENTOS**

O amor pelo Direito foi uma descoberta graciosa e que me proporcionou experiências e aprendizados inestimáveis, os quais levarei por toda a minha existência. O caminho até aqui foi árduo, mas prazeroso. Várias foram as pessoas que estiveram comigo nesta caminhada, as quais devo o meu agradecimento de todo coração.

A Deus, a razão dos meus dias, por me permitir desfrutar dessa graduação e de tudo que adveio dela. Obrigada pela força e perseverança que me proporcionou para que eu superasse todas as provas e chegasse até aqui!

À minha família, representada pelas minhas mães, minha irmã, meus sobrinhos e meus filhos de quatro patas. Vocês foram a razão de todo o meu empenho e esforço.

Ao meu esposo, meu companheiro de todos os dias, que não permitiu que eu desanimasse nos momentos difíceis, me apoiando em cada decisão. Você foi o meu combustível da largada até a chegada!

Aos meus amigos de longas datas, que vibraram comigo a cada realização obtida ao longo e através do curso.

Aos amigos que a graduação me trouxe, aqueles com os quais aprendi a conviver diariamente, superando todas as diferenças. Vocês me ensinaram a ser uma pessoa melhor e enxergar a beleza das diferenças! Sentirei saudade das risadas.

Aos queridos professores que se empenharam para repassar os seus preciosos conhecimentos, em especial à minha orientadora, Raquel, que é uma inspiração e reflete a força da mulher brasileira.

Ao Brasil, como nação, por me inspirar a querer um país ainda melhor para o nosso povo que é exemplo de força e perseverança.

**E voltou, então, à raposa:**

**- Adeus, disse ele...**

**- Adeus, disse a raposa. Eis o meu segredo. É muito simples: só se vê bem com o coração. O essencial é invisível para os olhos.**

**- O essencial é invisível para os olhos, repetiu o principezinho, a fim de se lembrar.**

**- Foi o tempo que perdeste com tua rosa que fez tua rosa tão importante.**

**- Foi o tempo que eu perdi com a minha rosa... repetiu o principezinho, a fim de se lembrar.**

**- Os homens esqueceram essa verdade, disse a raposa. Mas tu não a deves esquecer. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas.**

**- Tu és responsável pela rosa...**

**Eu sou responsável pela minha rosa... repetiu o principezinho, a fim de se lembrar.**

**ANTOINE DE SAINT-EXUPÉRY**

## RESUMO

O rol de dependentes da Previdência Social é taxativo, tendo sido disciplinado pela Lei 8.213/91, não abrangendo uma gama de modelos familiares, tais como as famílias de conjugalidades paralelas. Ocorre que a Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de família e garantiu proteção a todo modelo familiar, efetivando, assim, os princípios da igualdade, da solidariedade e da dignidade da pessoa humana. Não obstante, uma parte significativa da doutrina e da jurisprudência defende o modelo monogâmico como preceito inerente à instituição de um modelo familiar, de maneira a não reconhecer qualquer modelo familiar que não seja monogâmico. O problema gira em torno da natureza da monogamia, haja vista que para os conservadores trata-se de um princípio; enquanto, para os vanguardistas é apenas um preceito orientador. O presente trabalho tem por escopo demonstrar que o reconhecimento da conjugalidade paralela para fins previdenciários é uma necessidade latente do Estado Moderno, que tem como centro do ordenamento jurídico a pessoa humana, e não mais a propriedade ou os contratos. Através do novo panorama, torna-se o afeto o requisito essencial para o reconhecimento de uma entidade familiar, sendo este quem molda as mais diversas relações sociais, devendo a doutrina e a jurisprudência acompanhar as suscetíveis mudanças sofridas pela sociedade.

**Palavras-chave:** Monogamia. Famílias Paralelas. Pluralismo Familiar. Previdência Social. Garantias Institucionais.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CC/2002 – CÓDIGO CIVIL

CRFB/88 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TNU – TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO

TRF – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	9
<b>2 A PLURALIDADE DAS ENTIDADES FAMILIARES</b>	11
2.1 AS CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA AO LONGO DO TEMPO E DA HISTÓRIA	11
2.2 MONOGAMIA: PRINCÍPIO, REGRA DE ORIENTAÇÃO OU MITO?	16
2.3 O CARÁTER EUDEMONISTA DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS E A REPERSONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES	20
<b>3 AS FAMÍLIAS CONJUGAIS PARALELAS OU SIMULTÂNEAS</b>	23
3.1 SIMULTANEIDADE FAMILIAR: CONTEXTUALIZAÇÃO	23
3.2 DO CONCEITO DE RELAÇÕES CONJUGAIS PARALELAS E DOS REQUISITOS PARA O SEU RECONHECIMENTO NO ÂMBITO JURÍDICO	28
3.3 O REQUISITO DA BOA-FÉ E O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO CÔNJUGE INFIEL	31
<b>4 OS REFLEXOS DO RECONHECIMENTO DOS MODELOS FAMILIARES DE CONJUGALIDADES CONCOMITANTES NO ÂMBITO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO</b>	38
4.1 O VIÉS CONSERVADOR DO ROL DE DEPENDENTES DO SEGURADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E A LATENTE NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO	38
4.2 OS FUNDAMENTOS DO RECONHECIMENTO DAS RELAÇÕES CONJUGAIS SIMULTÂNEAS À LUZ DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO DE FAMÍLIA	46
4.3 AS TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS E O ATIVISMO DO PODER JUDICIÁRIO NA TUTELA DOS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES NO ÂMBITO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	50
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	57
<b>REFERÊNCIAS</b>	59

## 1 INTRODUÇÃO

A conjugalidade simultânea, caracterizada pela presença de um membro em comum entre núcleos de conjugalidade diversos, é uma realidade presente na sociedade brasileira, não tendo surgido nos últimos tempos, pelo contrário, suas raízes encontram-se nos primórdios da humanidade, quando os homens e as mulheres pertenciam-se mutuamente.

Por muito tempo, tal arranjo familiar foi mantido invisível, à margem da sociedade, não cumprindo o ordenamento jurídico o seu papel de proteção frente aos integrantes desse modelo familiar, que em sua maioria, são do sexo feminino e participantes de grupos socialmente vulneráveis, sendo denominadas pelo termo “concubinas”. Não obstante, com o advento da Constituição de 1988, rompeu-se o sistema patriarcal e monogâmico instituído até então, instaurando-se uma concepção plural de família.

Ocorre que, embora tenha a constituição ampliado o rol de entidades familiares, uma parte significativa da doutrina e da jurisprudência entendem pelo não reconhecimento das famílias paralelas no âmbito da conjugalidade, sob o argumento de que tal tutela infringiria a monogamia, que é entendida por estes como um princípio orientador do Direito de Família.

Entretanto, conforme será demonstrando ao longo do trabalho, tal posição conservadora não está em pleno compasso com a CRFB/88, haja vista que a mesma desconsidera que o não reconhecimento de tais entidades familiares desrespeita os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da afetividade, da solidariedade, da igualdade e do pluralismo familiar.

Ainda, o presente trabalho terá como escopo a comprovação da possibilidade do reconhecimento da conjugalidade simultânea para fins previdenciários, que será demonstrada através da análise do rol de dependentes da Previdência Social. Para isto, esta monografia comportará três capítulos.

No primeiro capítulo, inicialmente, será traçado um breve contexto histórico ressaltando as mudanças sofridas pela família ao longo do tempo, enfatizando sua concepção atual pluralista. Ainda neste capítulo, será demonstrado que a monogamia não é um princípio, mas sim uma regra de orientação. Além disso, será demonstrado o fenômeno da repersonalização das relações familiares.

O segundo capítulo contextualizará o fenômeno da simultaneidade familiar, destrinchando os seus quesitos e demonstrando as razões pelas quais as famílias paralelas devem ser entendidas como entidades familiares.

Por fim, o terceiro capítulo demonstrará, através da exposição do rol de dependentes do segurado da Previdência Social, que este necessita ser ampliado de maneira a coadunar-se com os direitos fundamentais e os princípios constitucionais. Ainda, serão analisados julgados do TRF-4, da TNU, do STJ e do STF em matéria que versa sobre benefícios previdenciários e famílias de conjugalidades paralelas.

O presente trabalho utilizará como método de procedimento, o método histórico combinado com o método comparativo, pois analisará as transformações nas configurações familiares, comparando aquelas precursoras com as que existem na atualidade.

A pesquisa foi realizada pelo procedimento de documentação indireta, isto é, através de pesquisa documental e bibliográfica, analisando-se os debates ocorridos no âmbito dos tribunais, bem como as publicações relacionadas ao tema, sejam tais livros, artigos científicos, teses, monografias e periódicos.

Diante do exposto, a presente monografia busca demonstrar a relevância da discussão acerca do reconhecimento do concubinato de longo prazo para efeitos previdenciários, posto que a dignidade da pessoa humana deve ser o princípio norteador do ordenamento jurídico, sendo tal garantida, no caso concreto, através do reconhecimento legal da simultaneidade familiar.

## 2 A PLURALIDADE DAS ENTIDADES FAMILIARES

### 2.1 AS CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA AO LONGO DO TEMPO E DA HISTÓRIA

O Texto Maior, conforme disposto em seu art. 226, garante, no Título VIII, referente a Ordem Social, que o Estado assegurará proteção especial à família que é a base da sociedade. A grande questão, que gera imensurável divergência doutrinária e jurisprudencial, está na abrangência do conceito de família, isto é, de fato, quais modelos afetivos são entendidos como uma entidade familiar? Qual a base jurídica para fundamentar tal entendimento?

Durante o transcurso do tempo e da história, a sociedade passou por inúmeras transformações. Estas se deram no âmbito social, político e econômico, moldando o conceito de família e de entidade familiar, bem como a abrangência de tais termos.

Importante precisar, inicialmente, a compreensão de família e entidade familiar. A menção a entidade familiar é feita no sentido de núcleo familiar, família no mais estrito sentido da palavra, abrangendo os mais diversos arranjos familiares, dentro de uma perspectiva pluralista, de respeito à dignidade da pessoa humana, com o significado, segundo o nosso entendimento, de unidade integrada pela possibilidade de manifestação de afeto, através da (con)vivência, publicidade e estabilidade (ALBUQUERQUE FILHO, 2012).

Embora haja uma corrente de juristas, conforme acima exposto, que entende pela distinção das expressões família e entidade familiar, o presente trabalho se filia a corrente adotada por Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk, que entende que as expressões família e entidade familiar não são diversas, pois realizar essa exegese significa negar a igualdade existente entre o casamento, a união estável e as famílias monoparentais, dando às entidades familiares o status de “quase- família”, o que demonstra uma “concepção arraigada no modelo unitário que historicamente foi imposto como definidor do sentido jurídico da família”. A entidade familiar é, em verdade, “um núcleo de coexistencialidade estável, público e fundado no afeto, cuja identificação não se apresenta em uma perspectiva que parta do direito positivado, mas, sim, da realidade social à qual o direito se destina” (RUZYK, 2003, p. 24).

A família, aqui entendida como sinônimo de entidade familiar, embora inegavelmente seja um fato jurídico, é, em princípio, um fato natural, estando sempre associada à base de uma sociedade. É a partir dela que se desenrolam as mais diversas relações sociais, haja vista a necessidade humana de perpetuar a espécie e proteger os membros da sua comunidade, do seu grupo (DIAS, 2009).

As Constituições liberais sempre atribuíram à família o papel de célula básica do Estado. As declarações de direito, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, em sinal dos tempos, preferiram vinculá-la à sociedade (Art. 16.3: “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade ...”; na Constituição brasileira, art. 226: “A família, base da sociedade, ...”), como reconhecimento da perda histórica de sua função política. A função política despontava na família patriarcal, cujos fortes traços marcaram a cena histórica brasileira, da Colônia às primeiras décadas deste Século. Em obras clássicas, vários pensadores assinalaram este instigante traço da formação do homem brasileiro, ao demonstrar que a religião e o patrimônio doméstico se colocaram como irremovíveis obstáculos ao sentimento coletivo de *res publica*. Por trás da família, estavam a religião e o patrimônio, em hostilidade permanente ao Estado, apenas tolerado como instrumento de interesses particulares. Em suma, o público era (e ainda é, infelizmente) pensado como projeção do espaço privado-familiar (LOBO, 2004, on-line).

Por um lapso temporal significativo, predominou a ideia de que a família deveria obedecer uma "construção social organizada através de regras culturalmente elaboradas que conformam modelos de comportamento" (MADANELO apud DIAS, 2009, p. 27). Ocorre que os modelos de comportamento da época estavam arraigados pelo patriarcalismo, admitindo como entidade familiar apenas aquelas decorrentes do matrimônio.

Resta claro que pouca relevância possuem, nesse contexto, as reais expectativas e desejos dos componentes da família - ou, seria melhor dizer, dos ocupantes dos papéis - acerca da relação coexistencial que mantêm com os demais membros do ente abstrato. Há um "dever-ser" virtual que paira sobre as pretensões de felicidade interindividuais, as projeções afetivas que um componente da família dirige ao outro, o sentido ético que implica a concreta proteção da dignidade dos que se unem pelos laços do afeto. O dado afetivo não ingressa no âmbito da abstração: trata-se de circunstância que não diz respeito às funções institucionais do ser transpessoal ao qual se visa a proteger. Essa "metafísica" da família torna irrelevante a felicidade concreta de seus membros: esta é, quiçá, presumida pela estabilidade funcional do todo, imposta a fórceps por regras discriminatórias da filiação dita ilegítima e pela indissolubilidade do vínculo matrimonial - em consonância com a unicidade de modelo centrada na família matrimonializada. Em suma: a estabilidade da instituição familiar é reputada pela codificação de 1916 como mais relevante do que a felicidade dos membros que a compõem (RUZYK, 2003, p. 16).

Permaneceram por longo período de tempo à margem do direito as relações não matrimonializadas e as filiações ocorridas fora do casamento, não podendo tais serem legitimadas, haja vista que havia apenas uma configuração familiar, a constituída através de “justa núpcias”. Tal configuração era denominada de família “legítima”, sendo esta a única passível de reconhecimento (RUZYK, 2003).

Este viés patrimonial e religioso enfraqueceu a partir da constitucionalização do Direito de Família no Brasil, conforme muito bem aduzido por Carlos Alberto Bencke (2002), haja vista que em 1988 houve uma verdadeira revolução no que se refere a trajetória que se tinha até então, onde havia a prevalência da desigualdade entre homens e mulheres, casados e concubinos, filhos legítimos e legitimados.

No século XX, a emancipação feminina alavancada por fatores como a incorporação massiva ao mercado de trabalho, e a consequente independência econômica, social e política; o controle da concepção, possibilitando maior liberdade sexual e planejamento familiar; e a reivindicação por igualdade. Esses fatores provocaram transformações sociais que repercutiram nas relações familiares e afetivas e nas próprias reflexões sobre a monogamia (PORTO, 2018, on-line).

Essa mudança paradigmática levou à família entendida até então como unidade codificada à concepção de pluralidade. Rompeu-se com o clássico modelo centrado no matrimônio (RUZIK, 2003, p. 24).

Estas transformações difundiram-se entre homens e mulheres urbanos, portadores de valores individualistas, antiautoritários e igualitários, que geralmente cursaram a universidade, compartilham um certo discurso e fazem parte de segmentos sociais com uma certa identidade sociocultural. Nestes segmentos, tornam-se instáveis, frágeis, as normas (“até que a morte os separe”) e os valores (“felizes para sempre”) que organizavam e legitimavam o casamento e a família conjugal desenvolvidos no Brasil urbano a partir das últimas décadas do século XIX. A manutenção do casamento – e consequentemente a da família – subordinou-se à satisfação emocional, princípio que passou a orientar comportamentos e estimular as pessoas a recusar relações íntimas sentidas como insatisfatórias (FIGUEIRA, 1994, apud VERAS, 2013).

O resultado de tal revolução pousou no comprometimento significativo da antiga hierarquia existente no âmbito do grupo familiar que se vê oprimida pelo princípio da igualdade, rompendo com o patriarcalismo e dando espaço a ambos os cônjuges (MATOS, 2000). A família, antes precedida pelo direito positivado, passa a ser compreendida como realidade social e histórica, não mais abstrata, precedendo o direito, devendo este atribuir efeitos à mesma através de sua inserção no sistema jurídico, não excluindo os diversos arranjos sociais (RUZYK, 2003).

Pelo arcabouço constitucional, é de fácil deslinde concluir que não deveria haver prevalência de um modelo familiar sobre o demais, haja vista que nenhuma família deve estar desamparada da proteção especial do Estado. Não obstante, a prática é diferente da teoria, e, embora tenha havido um grande avanço com a Constituição cidadã, alguns modelos familiares, que apresentam forte vínculo afetivo, não foram recepcionados e seguem à margem da proteção realizada pelo ordenamento jurídico.

Ainda assim, embora o avanço constitucionalmente registrado, muitos outros arranjos não foram recepcionados no bojo constitucional, o que leva a crer, a priori, que não pudessem existir – ou que apenas existissem à margem da lei e da proteção legal – outros tipos, outras uniões que também pudessem ser consideradas entidades familiares e, assim, contar com a visibilidade e com a devida tutela legal. Afinal, família é arranjo que se dá espontaneamente no seio da sociedade, tendo por base e fundamento o afeto cultivado entre seus membros. E, como disse Jean Cruetl *“nous voyons tous les jours lasociété refaire la loi, on n’a jamais vu la loi refaire la société”*,

isto é, “nós vemos, todos os dias, a sociedade refazer a lei; não se vê, jamais, a lei refazer a sociedade” (HINORAKA, 2014).

Percebe-se que o efetivo reconhecimento desse pluralismo familiar, isto é, dos diversos modelos de entidades familiares, conforme elencado por Paulo Lôbo (2002, p. 1), encontra-se "ainda cercado de perplexidades quanto a dois pontos centrais: a) há hierarquização axiológica entre elas?; b) constituem elas *numerus clausus*?".

Cumpre esclarecer que, embora invisível no que se refere a tutela jurídica, a pluralidade dos modelos familiares no Brasil sempre existiu. Cada modelo familiar apresenta suas peculiaridades de acordo com o momento histórico vivido e o estrato social da respectiva forma de organização familiar (RUZYK, 2003).

Embora não seja possível abarcar todos os modelos familiares em uma classificação, Alessandra Krapf (2013) sintetizou tais modelos em um rol classificatório objetivo: família matrimonial (decorrente do casamento); família decorrente de união estável ou família informal (formada pelos companheiros); família monoparental (formada por qualquer dos pais e seus descendentes, inclusive, os decorrentes de inseminação por doação de espermatozoides); família parental (decorre da convivência entre parentes ou entre pessoas que não sejam parentes); família pluriparental (formada pelos cônjuges ou companheiros e seus respectivos filhos, isto é, enteados); família unipessoal (uma só pessoa morando sozinha, ainda que casada); família homoafetiva (decorrente de união estável entre pessoas do mesmo sexo); e, paralela (quando houver impedimento para casar de um ou de ambos companheiros, com ou sem constituição de prole).

Se é certo que alguns arranjos familiares se apresentam de antemão como predefinidos no direito positivado, com maior ou menor refinamento conceituai, essa aferição, antes de implicar conclusão acerca da exclusão de outros arranjos, deve ser lida como sintomática da abertura do direito a outras realidades familiares. A inserção destas no ordenamento - e, sobretudo, o reconhecimento de sua eficácia jurídica - se opera mediante uma abertura seletiva.

A seletividade não é determinada, entretanto, como regra, por modelos prévios de exclusão, mas, sim, pela construção normativa realizada em concreto, por meio de um método simultaneamente tópico e sistemático, que, sem descurar da demanda social concreta, a apreende à luz de um sistema visto como totalidade ordenada, ainda que aberta (RUZYK, 2003, p.28).

O reconhecimento da pluralidade dos diversos modelos familiares está fundado na nossa Constituição Cidadã, devendo os modelos familiares nela elencados expressamente serem entendidos como integrantes de um rol exemplificativo e não taxativo, conforme aduz Vinícius Ribeiro Cazelli (2009, p. 9), ao defender que "a constituição, ao tratar das entidades familiares, não o fez de forma taxativa. Assim, toda entidade familiar, desde que presentes os requisitos da



afetividade, estabilidade e publicidade, deve ser reconhecida, à luz da atual constitucionalização do Direito Civil”.

Ora, levando em consideração a revolução citada anteriormente, é perceptível que houve uma democratização dos sentimentos, alargando o conceito de família até então conhecido, de maneira a incorporar no mesmo um viés plural, podendo ser ela monoparental, homoparental, gerada artificialmente, dentre diversos outros modelos, não cabendo mais ao Estado intervir numa perspectiva de exclusão através da predeterminação de qual entidade familiar pode ser entendida como tal, mas sim, intervir positivamente, isto é, garantindo a proteção social a esses novos modelos familiares (DIAS, 2010, p. 1-2).

Ocorre que a maioria dos civilista ainda tende a restringir o conceito de família apenas às entidades familiares elencadas expressamente no art. 226 da CRFB/88. Não obstante, a doutrina moderna vem combatente essa corrente conservadora, de maneira a abarcar as inúmeras espécies de exteriorização do vínculo familiar, haja vista a necessidade latente de acompanhar as transformações sociais (KRAPF, 2013).

Compete ao Judiciário colmatar as lacunas, consciente de que as regras legais existentes não podem servir de limites à prestação jurisdicional. Ante situações novas, a busca de subsídios em regras ditadas para outras relações jurídicas tende a soluções conservadoras. Por outro lado, não reconhecer direitos sob o fundamento de inexistir previsão legal, bem como se utilizar de normas editadas em diverso contexto temporal nada mais são do que negação de direitos. Assim, é dever da jurisprudência inovar diante do novo (DIAS, 2002, p. 1).

Ora, não há lógica do Estado, através do Poder Judiciário, despendar energia para proteger uma família que é, de fato, uma “anamnese cartorial”, onde não há mais uma comunhão de vida, deixando de lado modelos familiares fundados no afeto, onde há de forma nítida a existência de valores como o “amor, a convivência e a assistência recíproca”, configurando “uma legítima, atual e genuína relação familiar” (PEREIRA, 2004, p. 70-71). Em verdade, a existência de um vínculo amoroso que gera um enlaçamento das vidas ali envolvidas deveria ser a peça chave para identificação de uma entidade familiar.

A identificação da presença de um vínculo amoroso cujo entrelaçamento de sentimentos leva ao enlaçamento das vidas é o que basta para que se reconheça a existência de uma família. Como já afirmava Saint Exupéry: você é responsável pelas coisas que cativa. Esse comprometimento é o objeto do Direito de Família. Comungar vidas gera imposição de encargos e obrigações, servindo de base para a concessão de direitos e prerrogativas. Essa nova concepção tem levado cada vez mais a sociedade a conviver com todos os tipos de relacionamento, mesmo que não mais correspondam ao modelo tido como “oficial” (DIAS, 2002, p. 2).

Por todo o exposto, depreende-se que a história e a sociedade são cíclicas, estando os institutos que as compõe em constante mudança. Não há espaço para estruturas familiares rígidas que não comportam essas contínuas transformações, devendo o Poder Público, através de seus poderes, acompanhar essas metamorfoses, de maneira a preservar primordialmente a pessoa humana, que deve ser o objeto primordial do direito.

## 2.2 MONOGAMIA: PRINCÍPIO, REGRA DE ORIENTAÇÃO OU MITO?

É certo que há quem defenda que a monogamia é um princípio estruturante da conjugalidade, sendo assim, um modelo familiar protegido constitucionalmente e institucionalizado na sociedade. Não obstante, a Constituição Federal de 1988 abriu margem, no que se refere ao reconhecimento da pluralidade dos modelos familiares, já havendo um número significativo de doutrinadores e juristas que entendem pelo reconhecimento dos modelos familiares em que não se observa a monogamia.

Logo, há três correntes delineadas, no que se refere a natureza jurídica da monogamia, entendendo uma delas que se trata de um princípio estruturante das relações familiares, enquanto outra entende que é uma regra de orientação, que tem suas origens em uma sociedade patriarcal e matrimonializada, e, por fim, há aquela que defende que o preceito é em verdade um mito.

No que refere ao nosso ordenamento jurídico, este trouxe uma evidente proteção à monogamia, que pode ser observada no Código Penal e no Código Civil. Até 2005, constava nos crimes contra a família e, em especial, contra o casamento, a figura do adultério, sendo tal revogado pela Lei 11.106, de 2005. O art. 240 do Código Penal imputava pena de detenção, de quinze dias a seis meses, aquele que cometesse adultério.

Embora tal figura tenha sido revogada do Código Penal, permaneceu em vigência no mesmo, a criminalização da figura da bigamia, o que demonstra que a monogamia permaneceu protegida pela legislação criminal. O art. 235 do referido código determina que aquele que contrair novo casamento, já sendo casado, estará sujeito a pena de reclusão, de dois a seis anos.

O Código Civil de 2002 também salvaguarda o preceito da monogamia em alguns de seus dispositivos, por exemplo, no art. 1.516, §3º, que dispõe sobre a nulidade do registro civil de casamento religioso nos casos em que um dos consorciados já tenha contraído casamento civil com outrem, bem como no art. 1.521, VI, que estatue que as pessoas casadas

não podem casar, e ainda no art. 1566, que determina que a fidelidade recíproca é dever de ambos os cônjuges.

Ora, conforme observado acima, o preceito da monogamia foi ratificado pelo Código Penal e pelo Código Civil, demonstrando o tamanho da sua importância na composição da estrutura da conjugalidade e da família. Não obstante, à época em que a legislação penal foi criada, a única maneira legal de constituir uma família, no âmbito da conjugalidade, era através do casamento heterossexual monogâmico. Ocorre que a CRFB/88, conforme demonstrado no subcapítulo anterior, ampliou os modelos de entidades familiares, elencando um rol exemplificativo e não taxativo, tornando incompatível o preceito da monogamia com o rol familiar pluralista (PORTO, 2018).

Sob o fundamento de que o sistema monogâmico é a forma eleita pelo Estado para a estruturação da família, a ponto de a bigamia figurar como delito sujeito a sanções penais, tende a jurisprudência em não aceitar que mais de um relacionamento logre inserção no mundo jurídico. Ao menos há enorme resistência em identificar ambos os vínculos no contexto do Direito de Família e emprestar-lhes as benesses que este ramo do direito outorga (DIAS, 2010, p. 2).

Em um breve conceito, a monogamia pode ser entendida como sendo "uma norma regulatória que tem por finalidade o funcionamento da hegemonia heterossexual com ascendência masculina, a fim de considerá-la como legitimamente viável" (VERAS, 2013, p.85). Quanto à sua origem é possível constatar que não há um consenso, não prevalecendo a corrente que indica que a mesma é um preceito desde à origem da humanidade. Pelo contrário, conforme lecionado por Friedrich Engels, nos tempos primitivos, os homens se relacionavam com várias mulheres, assim como as mulheres com vários homens, não prevalecendo o sistema monogâmico.

Segundo a teoria de Friedrich Engels, baseada em apontamentos de Lewis Henry Morgan (1818-1881), o estudo da história primitiva nos revela várias formas familiares que estão em completa contradição com as até agora consideradas válidas e admitidas pelo Estado Democrático de Direito, que adota a monogamia como pilar estrutural. Nessa ótica, cumpre referir que, embora a citada teoria esteja superada, revela aspectos que merecem ser aqui tratados. Sob essa análise aporta a forma primitiva de família como o matrimônio por grupos, em que homens e mulheres se pertenciam mutuamente. Os homens praticavam a poligamia, e suas mulheres a poliandria, o que, conseqüentemente, gerava o reconhecimento dos filhos de uns e outros por ambos. Verifica-se, portanto, que existiu uma época primitiva em que imperava, no bojo da tribo, o comércio sexual promíscuo, de modo que cada mulher pertencia igualmente a todos os homens e cada homem a todas as mulheres. A estrutura familiar através do tempo demonstra que o círculo compreendido na união conjugal comum, e que era muito vasto em sua origem, vai se estreitando pouco a pouco, até abranger exclusivamente o casal isolado, que predomina hoje. O laço conjugal entre parentes consanguíneos, antes permitido, resta vedado, dando origem à monogamia (KRAPF, 2013, p. 5-6).

Ora, conforme observa-se, a monogamia não é um preceito inerente ao ser humano, pelo contrário, ela surgiu em determinada época, em uma sociedade específicas, a constar, a ocidental, prologando-se no campo da teoria, haja vista que na prática sabe-se que não é cumprida, estando intrinsecamente ligado a elementos religiosos e patrimoniais. Desta maneira, não há razão para a mesma ser entendida como princípio.

Sob a perspectiva materialista, Engels (2009) afirmou que a monogamia teria se firmado para resguardar a paternidade e a sucessão hereditária em um contexto de transição entre os regimes de economia comunitária e propriedade privada, fomentando a supremacia do patriarcado, a divisão do trabalho familiar e a ideia de apropriação de bens. Como meio de controle e legitimação da dominação do sexo feminino pelo masculino, a naturalização da ideia de monogamia foi, ao longo do tempo, impondo-se muito mais como forma de opressão condizente com um mundo machista e com o patriarcalismo secular responsável por sedimentar a subjugação feminina do que como fruto das escolhas pessoais ou do relacionamento romântico, haja vista a exigência da fidelidade pelo lado das mulheres e a tolerância da infidelidade quando se tratava de condutas dos homens (ENGELS, 2009, apud PORTO, 2018, on-line).

A corrente mais conservadora, encabeçada por doutrinadores como Rodrigues da Cunha Pereira, entende que a monogamia é um princípio. Sendo assim, nosso ordenamento jurídico gira em torno dele, não havendo assim condições de proteger duas situações concomitantemente, pois haveria possibilidade de destruir a lógica de tal ordenamento (PEREIRA, 2004).

A monogamia, embora funcione também como um ponto-chave das conexões morais das relações amorosas e conjugais, não é simplesmente uma normal moral ou moralizante. Sua existência nos ordenamentos jurídicos que o adotam tem a função de um princípio jurídico ordenador. Ele é um princípio básico e organizador das relações jurídicas da família do mundo ocidental. Se fosse mera regra mora, teríamos que admitir a imoralidade dos ordenamentos jurídicos do Oriente Médio, onde vários Estados não adotam a monogamia (PENA JR, 2008, p. 12).

A verdade é que a Constituição Cidadã não dispôs em nenhum de seus dispositivos que a monogamia é um princípio. Desta maneira, ainda que se defenda que tal preceito é um princípio, não seria ele de ordem constitucional, mas sim hermenêutica, haja vista que os princípios constitucionais são entendidos como normas constitucionalmente garantidas, e, se a monogamia assim fosse, seria incompatível o tratamento igualitário pregado pela Constituição no que se refere aos filhos oriundos do matrimônio e os filhos oriundos da relação de adultério (CHAVES, 2009).

Para Maria Berenice Dias (2010, p. 1), a monogamia é entendida como um princípio pela “visão excessivamente sacralizada da família”. Todavia, não concorda a autora com esse

posicionamento, haja vista que a mesma entende que o preceito da monogamia é um “mero elemento estruturante da sociedade ocidental e origem judaico-cristã”.

O modelo do legislador já não se oferta como “único” ou “melhor”, mesmo porque o descompasso gravado entre ele e a multiplicidade de modelos apresentados na “vida como ela é”, de tão enorme, já não admitia a sobrevivência de outra saída que não esta, adotada, enfim, pelo legislador pátrio, de constitucionalizar relevantes inovações, entre elas, e principalmente – para o quanto nos incumbe, hoje – a desmistificação de que a família só se constituísse a partir do casamento civilmente celebrado; a elevação da união livre, dita estável pelo constituinte, à categoria de entidade familiar; a consequência lógica de que, por isso, a união estável passou a realizar, definitivamente, o papel de geratriz de relações familiares, ela também; a verificação de que efeitos distintos, além dos meramente patrimoniais, estão plasmados nestas outras – e constitucionalmente regulamentadas – formas de constituição da família, hoje (HIRONAKA, 2010, on-line).

Em verdade, a monogamia não pode ser entendida como um padrão valorativo absoluto, tendo em vista que o Estado não pode “impor aos casais, de forma coercitiva, a estrita observância da fidelidade recíproca”. Se assim o fizesse estaria ele usurpando o princípio da intervenção mínima, quando é seu papel proteger a intimidade, devendo a monogamia ser entendida no máximo como um traço do nosso sistema (KRAPP, 2013, p. 24)

[...] aconteceria que o direito de optar pela forma de estruturação do afeto, ou seja, a liberdade afetiva (ou afetividade) seria restringida pela concepção da monogamia, da exclusividade sexual, como componente do núcleo essencial da família como garantia institucional. E o casamento, nesse contexto, seria entendido como forma suprema, purificada dessa garantia institucional (PORTELA, 2015, p.132).

Desta maneira, elencar a monogamia como um princípio seria um verdadeiro despautério com as inúmeras configurações familiares existentes no âmbito da sociedade ocidental, haja vista que não haveria a possibilidade de reconhecimento das mesmas. Ferir-se-ia explicitamente a dignidade da pessoa humana, que, esta sim, é um princípio constitucionalmente garantido que deve ser perseguido pelo Estado Maior.

Por todo o exposto, considera-se que, por exemplo, as uniões simultâneas são entidades familiares. Ora, embora não se enquadrem no preceito monogâmico, não pode tal realidade excluir as mesmas da proteção jurídica (VERAS, 2013, p. 94).

O não reconhecimento da monogamia como princípio não implica numa crítica a orientação monogâmica, haja vista que tal preceito está enraizado historicamente na sociedade atual, podendo o Estado, por exemplo, impor o mesmo no que se refere a dois casamentos contraídos por um mesmo indivíduo. A situação que não está em conformidade à Constituição Federal se refere ao poder do Estado de querer impor a todas as pessoas uma realidade monogâmica, isto é, considerar ilícitas as relações “decorrentes de escolhas coexistenciais

materialmente livres”, estendendo a proibição às relações não constituídas sob as formalidades oferecidas pelo mesmo (RUZYK, 2003).

### 2.3 CARÁTER EUDEMONISTA DAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS E A REPERSONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES

A tradição do Direito Civil é predominantemente de cunho patrimonial, conforme já exposto, o que é de fácil deslinde, levando em consideração que os seus principais institutos são a propriedade e o contrato. Ocorre que a prevalência desse conteúdo patrimonial terminou por escantear a pessoa humana, não só nas codificações, como também nas constituições anteriores a de 1988.

Não obstante, a partir da CRFB/88, ganhou força o fenômeno da repersonalização das relações familiares, realocando progressivamente o patrimônio para a posição de coadjuvante, enquanto a pessoa humana ocupou o seu lugar central (LÔBO, 2004). Os modelos familiares deixaram de lado o seu caráter transpessoal, que tutela um ente abstrato, incorporando um caráter instrumental, que tem por finalidade a concretização das aspirações afetivas (RUZYK, 2003).

A família atual brasileira desmente essa tradição centenária. Relativizou-se sua função procracional. Desapareceram suas funções política, econômica e religiosa, para as quais era necessária a origem biológica. Hoje, a família recuperou a função que, por certo, esteve nas suas origens mais remotas: a de grupo unido por desejos e laços afetivos, em comunhão de vida. Sendo assim, é exigente de tutela jurídica mínima, que respeite a liberdade de constituição, convivência e dissolução; a auto-responsabilidade; a igualdade irrestrita de direitos, embora com reconhecimento das diferenças naturais e culturais entre os gêneros; a igualdade entre irmãos biológicos e adotivos e o respeito a seus direitos fundamentais, como pessoas em formação; o forte sentimento de solidariedade recíproca, que não pode ser perturbada pelo prevalecimento de interesses patrimoniais (LOBO, 2004, on-line).

Consagra-se o princípio eudemonista, de maneira que a família e o casamento existem para que haja o desenvolvimento pessoal do indivíduo, perdendo força a ideia clássica e subvertida de que o indivíduo existe para a família e o casamento, o que enseja no deslocamento da proteção jurídica da instituição para o sujeito, conforme consagrado no art. 226, § 8º, CRFB/88, que dispõe que "o estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos componentes que a integram (...)" (MICHEL, p. 131, 1975 apud RUZYK, 2003, p. 18).

O motor da repersonalização das relações familiares é o afeto, que ganhou destaque nas últimas décadas. Ele é requisito essencial de uma entidade familiar, rompendo com o conceito patriarcal e matrimonializado de família.

Ora, sendo o afeto aspecto sensível que escapa ao direito positivado devido a evolução acelerada que transforma valores e conceitos de uma sociedade, não há como acompanhar o desenvolvimento social, haja vista que o legislador não tem condições de prever o que é e o que não é digno de regramento (DIAS, 2002).

Levando em consideração o fenômeno da repersonalização das relações familiares, é de fácil deslinde que o direito vigente inexoravelmente deve acompanhar a realidade existente, não podendo ignorar a necessidade de implementar com urgência direitos que abarquem os novos valores da sociedade moderna.

Ante as novas formas de convívio, é necessária uma revisão crítica e a atenta reavaliação dos fatos sociais, para alcançar a tão decantada igualdade. É fundamental a missão dos juízes. Imperioso que tomem consciência de que lhes é delegada a função de agentes transformadores dos valores jurídicos, que – estigmatizantes – perpetuam o sistema de exclusão social.

[...]

O surgimento de novos paradigmas conduz à necessidade de rever os modelos preexistentes. A liberdade e a igualdade são princípios que impõem o reconhecimento da existência das diferenças. Essa sensibilidade deve ter o magistrado. Hoje, a necessidade de assegurar a plenitude dos direitos humanos, tanto subjetiva como objetivamente, individual e socialmente, torna imperioso pensar e repensar a relação entre o justo e o legal (DIAS, 2002, p. 2).

Esta repersonalização das relações familiares deu origem às denominadas famílias eudemonistas, legitimadas pelo afeto e, não mais, pelo formalismo da lei. A base de tais famílias encontra-se nos princípios do pluralismo, da dignidade da pessoa humana, da democracia, da igualdade e da liberdade (DIAS, 2009).

A proteção da família adquire um novo objeto que pode ser entendido como o interesse de cada um dos componentes, e não mais aqueles interesses, principalmente de ordem patrimonial, instituídos pela concepção institucionalista da família (RUZYK, 2003).

Uma outra concepção de família tomou corpo no ordenamento jurídico brasileiro. É uma família centrada na afetividade, onde já não há a necessidade de um vínculo materializado no papel, ou seja: o casamento não é mais a base única dessa família, questionando-se a ideia da família estritamente matrimonial

[...]

Não deve ser mais a formalidade o foco predominante, mas sim o afeto recíproco entre os membros que a compõem, redimensionando-se a valorização jurídica das famílias extramatrimoniais. As atenções devem voltar-se ao importante papel da família para o bem-estar e o desenvolvimento da sociabilidade de seus membros (MATOS, 2000, p 97-98).

Este caráter eudemonista está intrinsicamente ligado à ascendência do Estado Social, haja vista que este "intervém em setores da vida privada como forma de proteger o cidadão, postura indispensável em um Estado liberal que prestigia, antes e acima de tudo, a liberdade" (DIAS, 2009, p. 36).

Pelo exposto, está comprovada a possibilidade de subsistir em um sistema aberto os inúmeros arranjos familiares, ainda que "não institucionalizados e positivados parando o direito", tais como as denominadas famílias paralelas, caracterizando assim a pluralidade dos modelos familiares, sendo tal realidade sustentada pelo princípio eudemonista (KRAPF, 2013, p. 27).

A ambiência propícia à apreensão jurídica das famílias simultâneas se apresenta em um sistema que, ao se eximir de definir a família mediante um modelo unívoco, institui a pluralidade, recolhendo o que emerge da exterioridade do sistema, e que, mediante a concepção eudemonista acerca do fenômeno familiar, centra a preocupação do direito na relação entre o "eu e o outro", e não na manutenção de uma perspectiva institucionalista da família.

A busca por uma felicidade intersubjetiva que caracteriza a concepção eudemonista permite que no âmbito da pluralidade de arranjos - que se forma na exterioridade do sistema jurídico, mas que é por ele absorvida - alguém, visando a essa felicidade coexistencial, possa situar-se, ao mesmo tempo, em mais de uma entidade familiar. Há em um sistema jurídico aberto, como se vê, a possibilidade da apreensão desse fenômeno (RUZYK, 2003, p. 57-58).

No que se refere especialmente as famílias paralelas, na perspectiva da conjugalidade, é certo que através da aplicação do princípio eudemonista, o seu reconhecimento é algo tangível e de fácil apreensão, o que será abordado nos capítulos adiante. Assim, entendendo que, em verdade, as relações existentes entre os indivíduos são pautadas pelo afeto, ou até mesmo pela falta deste, é fácil concluir que não cabe mais, numa sociedade plural, que busca atender o interesse social, excluir da tutela jurídica os inúmeros modelos familiares, muito menos aplicar aos mesmos tratamentos diferenciados que ferem diretamente o princípio da igualdade consagrado constitucionalmente.



### 3 AS FAMÍLIAS CONJUGAIS PARALELAS OU SIMULTÂNEAS

#### 3.1 SIMULTANEIDADE FAMILIAR: CONTEXTUALIZAÇÃO

A simultaneidade familiar, conforme delineada por Carlos Eduardo Pianovski Ruzik (2003, p. 4), “diz respeito à circunstância que alguém, ao mesmo tempo, se colocar como componente de duas ou mais entidades familiares diversas entre si. Trata-se de uma pluralidade sincrônica de núcleos diversos que possuem, entretanto, um membro em comum”.

Ora, fazendo uma breve perspectiva histórica, observa-se que as famílias paralelas não surgiram nas últimas décadas. Pelo contrário, tal modelo familiar existe desde os primórdios da humanidade, sofrendo alterações através dos tempos que não modificaram o seu núcleo existencial.

Traços desse modelo familiar podem ser observados nos tempos primitivos, onde constatou-se que os homens praticavam a poligamia, e suas mulheres a poliandria, isto é, se pertenciam mutuamente (ENGELS, 1982 apud KRAPP, 2013). Sendo assim, o homem ou a mulher faziam parte de mais de um núcleo familiar.

Com a expansão do cristianismo, o Direito Romano passou a sofrer significativa influência da corrente e, foi no Baixo Império, que ocorreu a proibição ao concubinato, visto até então como fato natural, havendo a penalização do homem que tivesse mais de uma concubina ou daquele que se casado fosse, viesse a ter uma relação de concubinato (CAVALCANTI, 2007).

No caso concreto do Brasil, à época da colônia, aqueles que vieram com o objetivo de habitar o território, deixando suas respectivas famílias na metrópole portuguesa, acabaram por ter relações com as nativas e, assim, constituir novos núcleos familiares no novo território, inclusive, com direito a prole. Tais famílias eram entendidas como ilegítimas, haja vista que o Brasil Colônia era regido segundo as Ordenações Filipinas, que assim dispunham acerca das uniões simultâneas:

Do homem, que casa com duas mulheres, e da mulher, que casa com dous maridos. Todo homem que sendo casado e recebido por huma mulher, e não sendo o Matrimônio julgado por inválido per Juízo da Igreja, se com outra casar, e se receber, morra por isso. E todo o dano, que as mulheres receberem, e tudo o que dellas levar sem razão, satisfaça-se por os bens delle, como for de Direito. E esta mesma pena haja toda a mulher que dous maridos receber, e com elles casar pela sobredita maneira, o que tudo haverá lugar, ora ambos os Matrimônios fossem inválidos per Direito, ora hum deles (SALGUEIRO apud KRAPP, 2013, p. 7-8).

Pelo exposto, é de fácil deslinde que tal arranjo familiar sempre existiu, não obstante, por séculos, foi mantido à margem da sociedade, havendo uma nítida invisibilidade dos integrantes desse modelo familiar, principalmente, das mulheres, denominadas de concubinas. Estas carregam consigo, até mesmo na denominação que lhes foi incumbida, um fardo pesado resultante de uma cultura preconceituosa, machista e patriarcal.

Este é o entendimento de Maria Berenice Dias (2010, p. 2), ao defender que não só a exclusão das relações conjugais simultâneas, mas também a denominação concubinato, decorrem de ideologia machista e patriarcal da Justiça, que protegem o adúltero, incumbindo a culpa da simultaneidade à concubina, como se a relação tivesse sido forçada:

De maneira simplista os vínculos familiares que se constituem de modo concomitante ao casamento são condenados à invisibilidade. Contam com a convivência do judiciário. Com isso, as uniões paralelas – uma façanha exclusivamente masculina – continuam sendo incentivadas. Os nomes são vários: concubinato adulterino, impuro, impróprio, espúrio, de má-fé, e até concubinagem. Mas a consequência é uma só: a punição da mulher.

Não é demais ressaltar que as denominadas concubinas, em sua maior parte, são integrantes, não só à época da colônia, mas também atualmente, de grupos sociais marginalizados, isto é, socialmente vulneráveis, como é o caso da mulher índia, da mulher negra e da mulher pobre. Tal realidade demonstra uma estreita ligação entre a vulnerabilidade social e o modelo familiar de conjugalidade paralela, vivendo tais mulheres, no âmbito da conjugalidade, à margem da lei e da proteção legal.

No que se refere a denominação concubina, esta deriva do termo concubinato. Conforme leciona Rodrigo da Cunha Pereira (2004), tal termo tem origem no latim, da palavra *concubinatus*, que é uma combinação dos termos *cum* (com) e *cubare* (dormir), sendo entendido no seu conceito mais primário como o concúbito contínuo exclusivo da mulher com um homem com que habita e ou mantém relações sexuais.

Inclusive, é de extrema importância lembrar que antes da Constituição de 1988, o instituto concubinato era destrinchado em duas espécies: o concubinato puro e o impuro. O impuro é o tema principal do presente trabalho, isto é, aquele resultado de relações conjugais simultâneas, isto é, aquele que ocorre entre pessoas que estão impedidas de contrair o matrimônio, já o puro referia-se as entidades familiares que hoje ensejam na conhecida e denominada união estável, ou seja, aquele que ocorria entre pessoas que não possuíam impedimento de contrair o matrimônio. Ainda, a união estável, à época designada como concubinato impuro, não era recepcionada como entidade familiar.

A companheira ou o companheiro de uma união de fato não se considerava como integrante de entidade familiar, o que seria ofensa ao casamento, por este já ter sido constituído anteriormente ou porque sua forma simplesmente não foi empregada, e isso não se poderia admitir. No máximo, o companheiro que se sentisse abandonado poderia lutar, em outra ação judicial, a ser impetrada na Vara Cível, nunca na de Família, pelo reconhecimento de uma parceria ou de uma sociedade de fato, como se o que o tivesse aproximado da pessoa com a qual convivera fosse o objetivo de obter lucros ou a conveniência econômica. E, para que demonstrasse o referido esforço comum na constituição de patrimônio conjunto, teria que acumular amplo acervo probatório (PORTELA, 2015, p. 124).

Nessa mesma época, por volta de 1960, houve uma avalanche do feminismo e dos movimentos de liberação sexual. O resultado deu-se através de um significativo ataque a noção de família até então reconhecida constitucionalmente, havendo a necessidade de romper com o modelo centrado no matrimônio e na submissão da mulher aos filhos e ao patriarcado (GIDDENS, 2005 apud SCHREIBER, 2010). A revolução dos costumes da década de 1960, alterou significativamente o modo como os jovens viam a instituição do casamento, conforme leciona Fabio Ulhoa Coelho (2012, p.139):

Com a revolução dos costumes nos anos 1960, muitos jovens da classe média e alta passaram a constituir famílias sem se casar. Não havia impedimento nenhum ao casamento deles; poderiam casar-se, se quisessem, mas não queriam. O casamento era visto por eles como apenas uma simples folha de papel, absolutamente dispensável quando percebida a essência da relação conjugal no afeto, respeito mútuo e companheirismo. O matrimônio não garantia minimamente esses fatores essenciais da comunhão de vida, e podia até mesmo atrapalhá-los. A sociedade, de início, estranhou a novidade, mas aos poucos a aceitou, deixando de discriminar as uniões de homem e mulher que podiam casar-se, mas não viam sentido nisso.

Percebe-se, então, que havia uma necessidade latente de ampliar o conceito de família, principalmente no âmbito jurídico, de maneira a recepcionar os novos modelos familiares. E foi dentro desse contexto sócio-político que a Constituição Cidadã veio reestruturar a matéria concernente ao Direito de Família, através da ruptura das constituições anteriores, incorporando profundas transformações na estrutura das famílias, passando a reconhecer, ainda que restritivamente, a pluralidade das entidades familiares, deixando de lado o reconhecimento do casamento como célula essencial da família (PORTELA, 2015). É o que se entende pelo art. 226, §3º, da CRFB/88, quando dispõe que a união estável é reconhecida para efeito de proteção do Estado, e pelo art. 227, §7º, do Texto Maior, quando assevera que os terão os mesmos direitos e qualificações os filhos, ainda que não advindos da relação de casamento, não devendo ser tolerada qualquer designação discriminatória.

Não obstante, embora tenha tutelado a união estável e ampliado o reconhecimento referente à filiação, é fácil constatar através de breve análise ao dispositivo legal supracitado, que a Constituição acabou por dar um status hierárquico superior ao matrimônio. Esta

predileção ao matrimônio pode ser observada no trecho que dispõe que a lei deveria facilitar a conversão da união estável em casamento, o que demonstra a vontade explícita do legislador em dar primazia ao casamento, como se fosse ele o fim, e a união estável apenas o meio.

Também é possível observar que embora tenha sido reconhecida a simultaneidade familiar no âmbito da parentalidade, permaneceu invisível a tutela do poder público a simultaneidade familiar no âmbito da conjugalidade. Permaneceu não tutelado o denominado concubinato impuro, conforme defende Marcel Fortes de Oliveira Portela (2015, p. 124):

No entanto, o monismo do casamento fincou raízes na cultura jurídica nacional e no entendimento dos tribunais, fazendo com que legisladores e juízes, mesmo sob a égide da nova Constituição e no contexto de um paradigma de interpretação constitucional renovado, continuassem a insistir na postura tutelar e paternalista que mantinham anteriormente, impondo, de cima para baixo, a forma do casamento e pressupondo, ao arrepio da nova ordem, a precedência dessa forma de organização do afeto sobre todas as outras. É assim que o requisito da finalidade de constituir família, previsto pela legislação civil (Lei 9.278 de 1996 e o Código Civil vigente), para a configuração da união estável, continuou a ser confundido com a união *more uxorio*, ou seja, à maneira do casamento ou com aparência de casamento. Também a *affectio maritalis*, tradicionalmente relacionada com o casamento, foi incluída dentre os requisitos da união estável.

Conforme observa-se, no que tange a relações conjugais paralelas, o direito inicialmente oferecia apenas a invisibilidade, não obstante, no início do século XX, o ordenamento jurídico brasileiro chancelou a vulnerabilidade das relações conjugais simultâneas através do art. 1.727 do Código Civil de 2002. Na tentativa de coibir a infidelidade conjugal, houve uma substituição da condição de invisibilidade para a condição de “punição”, o que resultou no completo afastamento desse novo modelo familiar, centrado nas conjugalidades paralelas, do conceito de família, negando direitos inerentes à dignidade humana (VERAS, 2013).

O novo Código Civil, que já nascia ultrapassado em vários aspectos, “ressuscita” a figura do concubinato e dispõe, com a finalidade expressa de afastar as uniões simultâneas ou paralelas do regime da união estável, que: “Art. 1.727. As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato”. Assim, hoje, como dantes, as uniões constituídas ao lado de um casamento, cuja sociedade conjugal não tenha sido dissolvida pela separação judicial ou de fato (Art. 1.723, § 1º), ou cujo vínculo não tenha sido rompido pelo divórcio, não são consideradas entidades familiares, mesmo que preencham todos os outros requisitos de uma união estável, sendo remetidas à solução obrigacional pré-constitucional (PORTELA, 2015, p. 125).

Este também é o entendimento de Maria Berenice Dias. A autora é enfática ao traduzir o viés conservador e retrocesso do artigo ora discutido.

O art. 1.727 do Código Civil, em muito reforçou a postura da exclusão, pois ressuscitou o concubinato com o só intuito de dizer que não gera qualquer efeito. Pelo que está dito, a ausência de juridicidade é total. As uniões não são albergadas nem no âmbito do Direito de Família e nem em qualquer outro ramo do direito. Pelo jeito, simplesmente não existem (DIAS, 2010, p. 2).

Nessa perspectiva, antes de adentrar na seara da simultaneidade familiar na perspectiva da conjugalidade, é necessário o esclarecimento de dois pontos importantes no desenvolvimento do presente tema. O primeiro concerne ao conceito de simultaneidade familiar que pode ser entendido como uma pluralidade sincrônica de núcleos diversos que possuem um membro em comum, isto é, observa-se a existência de uma circunstância na qual alguém se faz componente de duas ou mais entidades familiares diversas entre si, concomitantemente (RUZYK, 2003). Já o segundo ponto refere-se à simultaneidade familiar na perspectiva da filiação, já estando esta tutelada e protegida juridicamente, sendo ilimitadas as possibilidades de reconhecimento e efeito jurídico dos casos concretos concernentes à essa situação.

Ora, a Constituição Federal de 1988 foi assertiva no que se refere à proibição de haver tratamento diferenciado que enseje em efeitos desproporcionais entre os filhos. Houve a efetivação do princípio fundamental da igualdade.

Nesse sentido, pode-se observar que o arcabouço normativo - sobretudo o que se identifica na Constituição Federal - é amplamente propício ao reconhecimento jurídico de situações de simultaneidade na perspectiva da filiação. [...]

Evidencia-se, a partir da análise do tratamento que a Constituição dispensa às relações de filiação, que emerge um sentido de plena integração dos filhos a uma entidade familiar, sem distinção entre filhos havidos no matrimônio ou fora deles.

Trata-se a relação entre pais e filhos de hipótese na qual a apreensão da situação fática de simultaneidade pelo jurídico se apresenta em sua plenitude, na perspectiva da produção de efeitos. Não há restrições textuais no âmbito das regras em sentido estrito, nem, tampouco, se apresenta, ao menos de antemão, potencial choque de princípios que poderia ensejar, na sua ponderação em concreto no momento da construção normativa, óbices à eficácia jurídica plena dessas situações (RUKYZ, 2003, p. 138-139).

Inclusive, Ruzik (2003) ainda defende que, embora haja uma corrente que entenda que a relação existente entre o progenitor e o filho nascido fora do casamento constituem apenas uma relação de parentesco e não uma verdadeira entidade familiar, é inequívoco o fato de que ao ser reconhecido o parentesco, levando em consideração a situação de convivência duradoura fundada no afeto entre pais e filhos, conseqüentemente, tal relação poderá ser reconhecida juridicamente como entidade familiar.

Embora haja uma efetiva proteção à dignidade coexistencial dos componentes de uma entidade onde observa-se uma situação de simultaneidade familiar na perspectiva da filiação, não se observa a mesma linha de proteção e tutela aos componentes de uma entidade

onde existe simultaneidade familiar na perspectiva da conjugalidade, conforme explicita Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka (2013, p. 201):

No que diz respeito, propriamente, aos modelos familiares de conjugalidades concomitantes, isto é, a famílias conjugais (por casamento ou por união estável) paralelas ou simultâneas, o assunto tem caminhado a passos duros e lentos, com a maioria dos julgados não reconhecendo a possibilidade de tutela concomitante. Mas, aqui e ali, já se apresentam decisões que, corajosamente, já têm chancelado a possibilidade de reconhecimento. Chegaremos lá, num futuro nem tão longínquo, quiçá, quando a jurisprudência se enrobustecerá e o Poder Legislativo – ou o ativismo do Poder Judiciário – entenderem que “a lei não refaz a sociedade, mas que a sociedade refaz a lei!”.

Não obstante, existem situações de fato que justificam o reconhecimento e os efeitos jurídicos dos casos em que um indivíduo possua duas famílias constituídas. Ora, existem em tais situações uma verdadeira relação de afeto, e apesar de serem consideradas adulterinas, não só devem, como podem produzir consequências jurídicas (BENCKE, 2002).

Não se deve deixar à margem do direito composições familiares que estejam constituídas através do amor e da solidariedade recíproca. O ato de excluir tais modelos familiares constitui verdadeira violação aos princípios fundamentais delineados na Constituição Federal.

### 3.2 DO CONCEITO DE RELAÇÕES CONJUGAIS PARALELAS E DOS REQUISITOS PARA O SEU RECONHECIMENTO NO ÂMBITO JURÍDICO

As entidades familiares de conjugalidades paralelas, em um conceito geral e pautado no entendimento dos legisladores e da jurisprudência, são aquelas decorrentes de uniões constituídas em paralelo a outro casamento ou outra união estável. Tais são denominadas atualmente como relações de concubinato e, antigamente, como concubinato impuro, conforme já exposto anteriormente.

Conforme aduz Maria Berenice Dias (2007), a simultaneidade familiar pode se constituir tanto de duas uniões estáveis, quanto de um casamento e uma união estável, tendo como pressuposto a concomitância das relações, haja vista que família simultânea pressupõe a existência de uma entidade familiar de forma paralela a um casamento ou uma união estável.

É importante esclarecer que a doutrina majoritária não diferencia se a relação paralela ocorre simultaneamente a uma união estável, ou a um casamento, classificando em qualquer uma das situações específicas como concubinato.

Não se encaixa nos modelos de simultaneidade familiar, o caso concreto no qual seja observada a existência de dois casamentos, pois, embora haja uma conjugalidade paralela, trata-se de conduta tipificada como bigamia, haja vista que o Código Penal (1940) dispõe em seu art. 235 que "contrair alguém, sendo casado, novo casamento: Pena - reclusão, de dois a seis anos. § 1º - Aquele que, não sendo casado, contrai casamento com pessoa casada, conhecendo essa circunstância, é punido com reclusão ou detenção, de um a três anos".

Insta frisar que tais relações também não se confundem com o denominado poliamor, que se trata de uma multiconjugalidade consensual, podendo ser entendido como um relacionamento amoroso não monogâmico no qual há consensualmente múltiplas conjugalidades, concomitantes e intrigadas em um mesmo núcleo familiar (PORTO, 2017).

O poliamorismo, conforme aduzido por Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona (2012), é uma teoria inovadora que vem ganhando proporção considerável a nível mundial, não obstante esteja longe de ser reconhecida pela jurisprudência brasileira, na qual há a clara relativização da fidelidade como pressuposto de reconhecimento da entidade familiar, haja vista que, conforme aduzido no parágrafo supracitado, admite a possibilidade da existência simultânea de duas ou mais relações nos quais os partícipes não só se conhecem como se aceitam mutuamente.

Ainda, tais relações conjugais paralelas que ensejam no reconhecimento como entidade familiar não são aquelas decorrentes de relacionamentos clandestinos, esporádicos e efêmeros, nos quais não há intenção de comungar no seio de uma família. Para que seja atribuída a natureza familiar à relação de conjugalidade simultânea, defende-se no presente trabalho que a mesma preencher alguns requisitos, tanto objetivos, quanto subjetivos. Quanto aos objetivos, são eles: a afetividade, a estabilidade, a ostensibilidade.

Cumprido destacar que as características supracitadas devem estar presentes nas relações de união estável para que estas assim sejam reconhecidas. Não obstante, a união estável apresenta um requisito para o seu reconhecimento que não se coaduna com as uniões conjugais simultâneas, a saber, a ausência de impedimento para o matrimônio.

Já os requisitos subjetivos, também exigidos para a configuração da união estável, são a convivência *more uxorio* e a *affectio maritalis*. A convivência *more uxorio* está ligada a comunhão de vida, tanto espiritual, quanto material, representada através da assistência mútua e da atenção recíproca. Já a *affectio maritalis* está ligada a vontade de constituir uma família (GONÇALVES, 2009).

Ainda, conforme já constante em súmula 382 do STF, no que se refere a coabitação, "a vida em comum sob o mesmo teto, *more uxorio*, não é indispensável à caracterização do concubinato~.

A afetividade, traduzida no afeto, é elemento essencial, considerados como valor jurídico, responsável pela visibilidade e continuidade das relações familiares na atualidade, haja vista que estas se alicerçam nela para sua construção, não sendo mais presumida em razão do vínculo jurídico que sustenta o reconhecimento de uma família, mas sendo ela mesma o pressuposto primordial para a existência e o reconhecimento de uma entidade familiar (CARBONERA, 1998, apud HIRONAKA, 2013).

Essa característica somente se coloca como efetivamente estrutural na contemporaneidade, em que afeto, ou o "amor familiar", nas palavras de D'AGOSTINO, se apresentam como fundamento e finalidade da entidade familiar. Nem sempre foi assim. O "amor romântico" como fundante da conjugalidade é fenômeno historicamente definido. Em outros momentos históricos, muito mais importantes que o sentido pessoal de realização afetiva por meio da convivência familiar, afiguravam-se as funções institucionais da família, também variáveis ao longo da história - que, como se vê, não se desenvolve em um simples continuum ascendente (RUZYK, 2003, p. 6).

Já a ostensibilidade, ou publicidade, conforme lecionado por Paulo Lôbo (2002, p. 3) ao listar as características comuns as entidades familiares tuteladas na Constituição brasileira, é o requisito pelo qual se "pressupõe uma unidade familiar que se apresente assim publicamente".

A ostensibilidade pode ser compreendida sob a perspectiva da ausência de clandestinidade. A relação de conjugalidade, ainda que estável, mas mantida às ocultas, sem ampla recognoscibilidade pública, não se afigura como de natureza familiar.

[...]

Enclausuram-se na cumplicidade clandestina do vínculo entre o "eu" e o "outro", encoberta por uma aparência social que lhe seja apta a subtrair, se possível, até mesmo o espectro da suspeita. Não se trata, como se vê, de relação apta a, em princípio, configurar entidade familiar e, por conseguinte, não ingressa como tal na porosidade principiológica do sistema jurídico. Eventual eficácia jurídica que se lhe possa atribuir não dirá respeito, necessariamente, aos efeitos inerentes a uma situação de natureza familiar. Vê-se, por conseguinte, que o relacionamento clandestino - nos termos acima expostos - simultânea a uma conjugalidade ostensiva que constitua uma convivência familiar não resultará na configuração de famílias simultâneas.

[...]

Isso não significa, porém, que, para ser reputada como entidade familiar, ela necessite ser efetivamente conhecida dos sujeitos que compõem o núcleo familiar a ela simultâneo. Se o núcleo de coexistência fundado no afeto tiver ampla recognoscibilidade no meio social em que se insere essa circunstância será bastante para que possa ser reputado como família (RUZYK, 2003, p. 144-145).



Por fim, o requisito da estabilidade, exclui do bojo das entidades familiares aquelas relações que não implicam em comunhão de vida, tais como as casuais, episódicas ou descomprometidas (LÔBO, 2002).

Assim, compreende-se que não são todas as relações ocorridas paralelamente a uma união estável ou a um matrimônio que serão reconhecidas como entidade familiar. Há um significativo rigor no se refere ao reconhecimento, estando esse em pelo compasso com os princípios norteadores do Direito de Família.

### 3.3 O REQUISITO DA BOA-FÉ E O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO CÔNJUGE INFIEL

Para entendermos melhor a importância atribuída à boa-fé no âmbito das relações conjugais paralelas, é necessário esclarecer que parte significativa da doutrina, classifica o concubinato da seguinte maneira: concubinato não adulterino ou puro (equivalente a união estável), concubinato de boa-fé (união estável putativa, equivalente ao casamento putativo), e concubinato de má-fé (quando o concubino ou concubina sabe da existência da relação concomitante do seu parceiro)(MORAES, 2011 apud KRAPP, 2013).

A boa-fé a qual enseja a classificação supracitada, refere-se ao caso concreto no qual o indivíduo encontra-se em uma relação de conjugalidade com alguém que já possui outro núcleo familiar, porém não tem ciência disso, pois, caso tivesse, caracterizaria má-fé. Ainda, no que se refere ao reconhecimento das uniões conjugais paralelas, levando em consideração o requisito da boa-fé, três são as correntes existentes na atualidade.

A primeira corrente entende que, independentemente de haver a boa-fé por um ou mais envolvidos na relação, não deve haver reconhecimento das famílias paralelas a perspectiva da conjugalidade. Já a segunda defende que, havendo a presença da boa-fé, deve ser reconhecida a união como entidade familiar, sendo denominada de união estável putativa. E, por fim, a terceira, a qual a autora deste trabalho se filia, entende que, independentemente da boa-fé ou má-fé, devem as uniões paralelas serem reconhecidas como entidade familiar.

Conforme será demonstrando a seguir, no que se refere a boa-fé como requisito para o reconhecimento das uniões paralelas, diferentemente dos demais requisitos objetivos que são unanimidade para grande parte dos doutrinadores, este é um pressuposto que causa significativa divergência de posicionamento.

A primeira corrente é a que tem o viés mais conservador entre as elencadas, tirando a afetividade de cena e dando destaque aos vínculos jurídicos criados a partir das relações de

afeto, o que demonstra um grande apego ao formalismo. Esta é encabeçada por alguns doutrinadores, dentre eles, Maria Helena Diniz (2010, p.374), que defende a ideia de só ser possível o reconhecimento de uma união conjugal, se não houver impedimento que impeça a conversão da mesma em casamento. Vejamos:

Se na separação de fato há um matrimônio sem comunhão de vida e vínculo jurídico conjugal e se na união estável não há casamento, mas vida comum sem liame jurídico, como, então, o separado de fato que tenha uma relação concubinária pode formar uma união estável?

Nessa mesma linha, posiciona-se Herbert Martinez Dal Col. Para o autor, as relações conjugais paralelas podem ser definidas como espúrias e imorais.

Se os impedidos absolutamente não poderão casar-se nunca, não poderão unir-se para constituir família. Por viverem uma união espúria e imoral, à qual o ordenamento jurídico não abre brechas protetivas tal como fez com os filhos daí resultantes, não se vislumbra como poderiam convertê-la em casamento, já que sempre esbarrariam naqueles impedimentos (DAL COL, 2002, p. 96).

Há ainda autores, tais como Zeno Veloso (2003), que ignoram completamente a realidade das relações conjugais atualmente e ainda defendem que em uma relação afetiva deve ser necessariamente monogâmica para constituir uma família, sendo a fidelidade não só um dever jurídico, mas também um requisito natural. Desta maneira, quem é casado ou possui união estável, não pode constituir uma união estável concomitantemente, pois o vínculo entre os companheiros tem que ser único e recíproco.

Tem primazia, em tal situação, a família constituída pelo casamento. A outra união seria de caráter concubinário, à margem da proteção legal mais ampla que se concede à união estável. A verdade é que, afora hipóteses excepcionais, em tais casos geralmente a vivência extramatrimonial é mantida com reservas, sob certo sigilo ou clandestinidade. Falta-lhe, pois, o indispensável reconhecimento social, até mesmo pelas discriminações que cercam esse tipo de amasiamento. O mesmo se diga das uniões desleais, isto é, de pessoa que viva em união estável e mantenha uma outra ligação ou, quem sabe, até múltiplas relações de cunho afetivo (OLIVEIRA, 2003, p. 133).

Em síntese, é de fácil deslinde perceber através dos posicionamentos dos autores supracitados, que os mesmos demonstram forte apego à monogamia, considerando tal como um princípio indissociável das entidades familiares, deixando à margem do direito qualquer modelo afetivo que não esteja alinhada com o modelo monogâmico. É o que se entende pelo posicionamento de José Carlos Teixeira Giorgis (2010), que sintetiza bem a posição adotada pela corrente conservadora, ao defender que o princípio da monogamia não é apenas uma norma moral, mas um preceito básico e organizador das entidades familiares, e, desta maneira, o

Direito da Família não abarca as uniões paralelas, devendo recair sobre elas a censura da lei, não devendo haver distinção se a pessoa for ou não casada civilmente com outra quando convive em dupla união.

A segunda corrente possui um posicionamento intermediário. A mesma defende que somente haverá o reconhecimento da relação conjugal paralela como entidade familiar se presente o requisito da boa-fé, isto é, se a concubina ou o concubino não tiverem conhecimento da primeira entidade familiar.

A boa-fé, no seu viés objetivo, apresenta-se como princípio e refere-se ao dever ser, isto é, a uma conduta que deve apresentar em sua essência a lealdade, a honestidade e a probidade, impondo assim um modo determinado de agir. Assim, “aquele que, ciente de que está a manter relação de conjugalidade com pessoa que já compõe um núcleo familiar anterior, procede de modo a desprezar qualquer dever ético perante os componentes da primeira entidade familiar”, não agindo com boa-fé e procedendo de maneira iníqua e desleal, o que “pode obstar parcialmente a eficácia jurídica de uma situação de simultaneidade familiar pode ser inferido do princípio da boa-fé objetiva” (RUZIK, 2003, p. 147-148).

[...] caso uma família seja constituída paralelamente a outra, tendo como elemento comum um componente que mantém relações de conjugalidade em ambos os núcleos, incidem sobre a hipótese deveres éticos de respeito e proteção à esfera moral e patrimonial dos componentes da outra entidade familiar.

Entre esses deveres, pode estar o de tornar ostensiva a nova relação em face do núcleo original, não permitindo que os componentes daquela primeira entidade familiar incorram em engano, que pode culminar em séria violação de sua dignidade. Trata-se do atendimento de um dever de transparência, de uma imposição ética de se agir com lealdade em relação às legítimas expectativas que o outro possui acerca da comunhão de vida instituída pela família, que pode implicar, como é evidente, a pretensão de mútua exclusividade no relacionamento sexual entre os cônjuges.

O atendimento do dever de transparência pode permitir que uma das conjugalidades seja rompida quando se toma conhecimento do relacionamento simultâneo, evitando-se, por tal modo, que se mantenha uma vida em comum fundada no engano, o que, por certo, se coloca como aviltante à dignidade da pessoa humana (RUZYK, 2003, p. 152).

Ainda, tal corrente atribuiu às relações conjugais paralelas nas quais verifica-se a presença da boa-fé a denominação de uniões estáveis putativas. Logo, as uniões estáveis putativas são aquelas nas quais um dos conviventes crê verdadeiramente que não há impedimentos em sua relação afetiva com o outro, isto é, não sabe da relação conjugal paralela que o outro já mantém, estando caracterizada a boa-fé.

Um dos autores que se filia a esta corrente é Rodrigo da Cunha Pereira (2004), defendendo que em analogia ao casamento putativo, deverão todos os efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento de uma união estável, serem estendidos aos indivíduos que

compõe a denominada união estável putativa. Este sentimento é partilhado com Rolf Madaleno (2008, p. 819), que leciona no seguinte sentido:

Desconhecendo a deslealdade do parceiro casado, instaura-se uma nítida situação de união estável putativa, devendo ser reconhecidos os direitos do companheiro inocente o qual ignorava o estado civil de seu companheiro e tampouco a coexistência fática e jurídica do precedente matrimônio, fazendo jus, salvo contrato escrito, à meação dos bens amealhados onerosamente na constância da união estável putativa em nome do parceiro infiel, sem prejuízo de outras reivindicações, como, uma pensão alimentícia se provar a dependência financeira do companheiro casado e, se porventura o seu parceiro vier a falacer na constância da união estável putativa, poderá se habilitar à herança do de cujus, em relação aos bens comuns, se concorrer com filhos próprios ou a toda herança, se concorrer com outros parentes.

Para esta corrente, o Direito de Família deve tratar daquelas uniões afetivas que forem entendidas como uniões estáveis putativas, não cabendo, entretanto, a esse direito, a tratativa daquelas uniões em que não seja constatada a boa-fé, devendo tais serem regidas pelo direito obrigacional, sendo consideradas como sociedades de fato (GOECKS e OLTRAMARI, 2008).

Desta maneira, ausente a boa-fé, será reconhecida a relação apenas na seara obrigacional da maneira disposta na Súmula 380 do STF, "comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum". Tal posicionamento, dentro do contexto socioeconômico brasileiro, acaba por favorecer a figura masculina, conforme muito bem observado pela autora Maria Berenice Dias (2010, p. 2-3):

No entanto, se a mulher afirma que sabia do duplo relacionamento, se entende que há confissão de sua má-fé e simplesmente tal vínculo é dado por inexistente. De nenhum valor se reveste, não sendo incluído na esfera da juridicidade. No máximo – e tão-só em respeito ao princípio da vedação do enriquecimento sem causa – alguns julgados remetem dita relação ao campo do direito obrigacional. Passa-se a ver mera sociedade de fato, ou seja, uma entidade com fins exclusivamente econômicos. Mas, reconhecer apenas efeitos patrimoniais, como sociedade de fato, consiste em uma mentira jurídica, porquanto os companheiros não se uniram para constituir uma sociedade. Extinta a sociedade, proceda-se à divisão dos lucros, isto é, dos bens amealhados durante o período de vigência da dita sociedade.

[...]

Como, em regra, o patrimônio está em nome e nas mãos do homem, é onerada a mulher com o encargo de provar que contribuiu de forma efetiva e aporte financeiro para o acréscimo patrimonial eventualmente ocorrido. Mas, se não houve aquisição de bens, nada lhe é deferido, nem alimentos e nem qualquer direito sucessório. Da relação que, indiscutivelmente existiu, safa-se o homem sem qualquer ônus ou encargos, ficando com a integralidade dos bens. O relacionamento desaparece, é condenado à invisibilidade. E, o grande beneficiado é o varão. Por manter dois vínculos afetivos simultâneos livra-se ileso.

Esta corrente que defende a boa-fé como requisito essencial para o reconhecimento da relação simultânea não merece apoio, haja vista que a mesma reforça um preconceito clássico enraizado na sociedade, que se baseia na falsa ideia de que a esposa é a “santa”, o marido é a “vítima” e a concubina é o “satanás”, formando o mítico triângulo amoroso, intensificando a vulnerabilidade das relações conjugais paralelas (FERRARINI, 2009).

Diante dessa distorcida maneira de ver as coisas, mister reconhecer que persiste uma postura conservadora e preconceituosa com relação à mulher. É punida em nome da preservação do que se convencionou chamar de moral e bons costumes, enquanto o homem sai privilegiado. Essa diferença de tratamento deixa claro que a solução preconizada pela jurisprudência dominante nada mais faz do que penalizar a mulher por uma atitude que só pode ser atribuída ao varão. É ele e não ela quem mantém vidas paralelas. Simplesmente não ver uma situação que existe, pela só ciência do relacionamento poligâmico do par, revela nítida intenção censória, quase vingativa (DIAS, 2010, p. 4).

Ora, independentemente de o indivíduo ter ou não a ciência do relacionamento concomitante, isto é, estar presente ou não a denominada boa-fé, estando presente o afeto, assim como os demais requisitos objetivos e subjetivos já citados, há um vínculo familiar indissociável, que deve abster-se de preconceitos arraigados na sociedade civil. Este é o entendimento da terceira corrente, marcada pelo vanguardismo e encabeçada por Maria Berenice Dias. Este também é o entendimento de Mariana Chaves (2009):

Pode-se dar continuação à infeliz classificação de puro ou impuro. De má-fé ou de boa-fé. Mas indubitável é um fato: estando ou não ciente da existência de relacionamento concomitante, o companheiro está vinculado a uma relação fundada no afeto. Mais uma vez, mister salientar que são compreendidas nessa classificação, as relações contínuas, duradouras, cujos vínculos afetivos estão fincados.

Ao adotar a boa-fé como requisito para que reconhecida a união paralela como entidade familiar, acaba-se por punir a mulher que manteve o vínculo afetivo, independente dos laços ali formados e da dependência que a mesma tenha em relação ao indivíduo que compõe concomitantemente mais de um núcleo familiar. Não obstante, este sai ileso, mesmo tendo sido ele o causador da afronta à fidelidade recíproca ou à lealdade (DIAS, 2010).

Ainda, é possível observar que ao adotar o posicionamento de que apenas haverá o reconhecimento da entidade familiar paralela se a concubina não tiver ciência do outro núcleo familiar, se coloca este em posição hierarquicamente superior, não sendo imposta ao mesmo sanção alguma, ainda que também tenha conhecimento da relação conjugal paralela. Tal realidade fere substancialmente os princípios da isonomia e da dignidade da pessoa humana.

Essa falta de proteção acaba por violar um outro princípio, o da dignidade da pessoa humana, fundamento do Estado brasileiro. Ao não reconhecer os direitos inerentes às entidades familiares também ao concubinato adulterino, dá-se espaço para a ocorrência de toda sorte de injustiças, como por exemplo, o enriquecimento ilícito da família institucionalizada do concubino casado, e mais grave: o encorajamento da infidelidade conjugal, uma vez que não haverá para o adúltero nenhuma consequência de ordem patrimonial. Desse modo, a fim de que não se empreenda a injustiça, a mácula maior do Estado Democrático de Direito, deve-se priorizar a essência da entidade familiar em detrimento da forma, caso a caso, já que a busca pela ética nos relacionamentos não pode sucumbir ao moralismo arraigado (MAIA apud CHAVES, 2010, on-line).

Mariana Chaves (2009) elenca alguns exemplos de casos concretos diante dos quais é possível perceber que não há como seguir a letra da lei, sem uma análise mais profunda. Vejamos: (a) no caso de um varão que tenha três uniões estáveis concomitantemente, cada uma com sua prole, tendo iniciado na mesma época. Caso nenhuma soubesse, estariam as três de boa-fé, sendo concedida eficácia jurídica a todas as uniões? Ou ainda, caso as três companheiras soubessem da existência das outras relações, estariam anuladas todas as uniões, beneficiando-se o infiel?; (b) Sabendo-se que na realidade dos fatos, na maior parte das relações paralelas, os participantes sabem da existência do outro núcleo familiar, necessitará a companheira valer-se de uma inverdade afrontando a justiça, a dignidade da pessoa humana e o Estado Democrático de Direito?; (c) Vindo a concubina a “descobrir” a outra relação conjugal, apenas após longo período do início da sua relação, deverá a mesma encerrar o vínculo mesmo já havendo fortes laços, por conta da má sorte que teve de relacionar-se com alguém que não preza pela fidelidade ou lealdade?; (d) Quando uma das partes concubinárias permanece em um casamento apenas por formalidade e por aparência social, não havendo mais afeto nesta relação, mas sim na união paralela, como deve se proceder?

Ora, conforme pode ser observado nos exemplos acima elencados, não há como estabelecer o reconhecimento da relação como entidade familiar baseando-se em na boa-fé, haja vista que este posicionamento afronta uma gama de princípios constitucionais. Um dos princípios afrontados é o da proibição do enriquecimento sem causa.

Depois de anos de convívio é descabido que o varão deixe a relação sem qualquer responsabilidade pelo fato de ele – e não ela – ter sido infiel. A amante, para ser amparada pelo direito, precisa demonstrar desconhecimento do estado civil do companheiro, caso contrário é punida pelo relacionamento, enquanto o cônjuge que foi infiel sai do relacionamento sem nenhuma responsabilidade (DIAS, 2009, p. 50).

Percebe-se que ao excluir o indivíduo do âmbito das relações familiares por entender que o mesmo ensejou em um concubinato de má-fé, o ordenamento jurídico protege o infiel de maneira a gerar o seu enriquecimento ilícito. Por todo o exposto, percebe-se que não

reconhecer o título de entidade familiar as relações conjugais simultâneas é estimular uma postura não apenas conservadora, mas preconceituosa e machista, colocando a mulher em um papel de submissão, indo contra a ascensão feminista na atualidade, punindo a figura feminina em prol da famigerada moral e dos bons costumes. Até porque, "deixar de ver que há situações que se estabelecem à margem dos parâmetros não aceitos pela moral convencional, não as faz desaparecer do mundo dos fatos. Via de consequência, descabe singelamente deixar o sistema jurídico de reconhecê-los" (DIAS, 2010, p. 5).

Ora, onde está a justiça em privilegiar aquele que mantém as vidas paralelas e excluir a mulher que não possui outro núcleo familiar? Necessário se faz que haja um posicionamento que sobreponha a dignidade da pessoa humana e a liberdade individual frente às interpretações preconceituosas e patriarcalistas, que se revestem de um escudo constitucional.

## **4 OS REFLEXOS DO RECONHECIMENTO DOS MODELOS FAMILIARES DE CONJUGALIDADES CONCOMITANTES NO ÂMBITO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

### **4.1 O VIÉS CONSERVADOR DO ROL DE DEPENDENTES DO SEGURADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E A LATENTE NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO**

A teoria do mínimo existencial estabelece que, para que seja efetivado o princípio da dignidade humana garantido no art. 1º, III, da CFRFB/88, deve haver um número mínimo de prestações materiais ao indivíduo, sendo estas essenciais para uma existência digna. Ocorre que, na prática, é significativo o número de indivíduos que vivem à margem da sociedade, sem lhes ser garantido a sobrevivência mínima.

Desta maneira, o Estado, na tentativa de mitigar essa realidade, confere proteção àqueles através de atividades assistenciais, estando aí a origem da seguridade social. O instituto da seguridade social abrange a saúde, a previdência e assistência social (ANDRADE, LEITÃO, 2012).

Qualquer modelo de proteção social – e, sobretudo, os modernos sistemas de seguridade social – tem por finalidade propiciar ao indivíduo a superação de um estado de necessidade social gerado por uma contingência social – ou risco social (VIANNA, 2014, p. 4).

A seguridade social é um modelo que foi apresentado aos países na Convenção da Organização Internacional do Trabalho, em 1944, tendo tal ocorrido na Filadélfia, vindo a se tornar uma das partes componentes dos direitos humanos, através da sua previsão na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948. Ficou determinado que os Estados-membros deveriam prestar: assistência médica, de proteção aos desempregados, de proteção contra os riscos da doença, da velhice, da invalidez, da morte, de acidentes do trabalho e doenças profissionais, das prestações familiares e de maternidade. Ainda, cada Estado-membro signatário deveria proteger pelo menos três dessas prestações, sendo obrigatória a prestação de proteção contra desemprego, velhice e acidente do trabalho (benefícios de incapacidade laborativa) (SANTOS, 2016).

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social, nos termos do artigo 1º da Lei nº 8.212/91 (VIANNA, 2014, p.17).



No que se refere aos seus princípios e diretrizes, isto é, aos preceitos universais e às orientações, respetivamente, estes estão arrolados na Lei 8.212/91. Tal lei dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custeio.

Os princípios da seguridade social adotados pela Constituição Federal são desdobramentos daqueles enunciados pela OIT, os quais foram assim ordenados, de maneira lógica, por Mesa-Lago: universalidade da cobertura; igualdade, equidade ou uniformidade de tratamento; solidariedade e redistribuição de renda; abrangência e suficiência das prestações; unidade, responsabilidade do Estado, eficiência e participação na gestão; e sustentabilidade financeira (VIANNA, 2014, p. 20).

O Direito Previdenciário, foco do presente estudo, é um ramo do Direito Público. Tal ramo integra a seguridade social, sendo uma das suas ramificações, apresentando características peculiares que o diferenciam dos demais ramos.

A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e atenderá, nos termos da lei, à cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, idade avançada, proteção à maternidade, especialmente à gestante, proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário, salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda, pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, conforme a regra matriz que está estampada no artigo 201 da Constituição Federal (VIANNA, 2014, p. 23).

O grande marco do Direito Previdenciário foi a Lei Eloy Chaves, criada em 1923, que pode ser entendida como a primeira lei previdenciária brasileira, que ensejou a criação das caixas de aposentadorias e pensões para os trabalhadores das estradas de ferro. Após sua criação, foi longo o percurso percorrido pelo Direito Previdenciário até a criação das duas principais leis previdenciárias que permanecem em vigor, a constar, a Lei 8.212/91, já mencionada acima, e a Lei 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Ambas as leis foram regulamentadas pelo Decreto 3.048/99, isto é, pelo Regulamento da Previdência Social, sofrendo alterações posteriores.

Três são os regimes previdenciários no Brasil: o primeiro é o regime público, previsto no art. 201, da CRFB/88, conhecido pela sigla RGPS, administrado pela autarquia federal denominada da INSS, enfoque do presente trabalho; o outro é o regime próprio, que cobre os servidores públicos, e, por fim, o terceiro é o denominada previdência privada, previsto no art. 202 da CRFB/88.

As contingências cobertas pelo plano de benefícios são as enumeradas no art. 1º da Lei n. 8.213/91: incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de

serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente (SANTOS, 2016, p. 96).

É válido ressaltar que o presente trabalho não aprofundará nas modalidades de segurados, nem ao menos em detalhes acerca da filiação aos regimes e de manutenção de qualidade de segurado, haja vista tais informações não influenciam no objeto do trabalho que se desenvolve em torno do rol de dependentes dos segurados filiados ao Regime Geral da Previdência Social.

A previdência social protege não só os seus segurados, isto é, aqueles que são filiados e efetivamente contribuem para o regime, como também os seus dependentes, que embora não contribuam, são beneficiados pela contribuição dos segurados, sendo ambos considerados beneficiários, conforme dispõe o art. 10, da Lei 8.213/91. Tais beneficiários serão cobertos pelos benefícios e serviços oferecidos pela previdência.

Primeiramente, cumpre esclarecer que a relação jurídica entre o INSS e os dependentes só se dá a partir do momento que não exista mais a relação entre o INSS e o segurado. Esse rompimento da ligação pode se dar em virtude de prisão ou morte deste, não havendo possibilidade legal de haver proteção simultâneas a ambas as modalidades de beneficiários da previdência social (SANTOS, 2016).

Enquanto ao segurado é atribuído o ônus de contribuir para o sistema previdenciário, os dependentes podem habilitar-se como beneficiários da previdência social sem precisarem verter uma única contribuição. Ocorrendo a morte do segurado ou sua prisão, os dependentes requererão em nome próprio o benefício. Ou seja, o dependente ou beneficiário exerce um direito próprio em nome próprio (ANDRADE, LEITÃO, 2012, p. 64).

É válido ressaltar que a relação jurídica de dependência existente no âmbito do Direito Previdenciário não se confunde com aquela existente no Direito Civil, por exemplo entre ascendente e descendente, nem com a existente no Direito Tributário, possuindo seu próprio regramento que não se confunde com as demais ramificações do direito (VIANNA, 2014).

No que se refere ao rol de dependentes previdenciários do regime geral, este está arrolado no art. 16, localizado na Seção II (Dos Dependentes) da Lei 8.213/91, que assim dispõe:

Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência

intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, as- sim declarado judicialmente;

II – os pais;

III – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente.

Cumpre esclarecer que havia um quarto inciso, a constar, o dependente designado, isto é, a pessoa designada, que deveria ser menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 60 (sessenta) anos ou inválida, que era aquele que embora não possuísse qualquer vínculo familiar ou dependência, era indicado pelo beneficiário como seu dependente. Não obstante, com a entrada em vigor da Lei 9.032/95, tal inciso foi revogado, excluindo a figura do dependente designado.

Daí são tiradas duas situações:

- a) dependente designado que recebe cobertura previdenciária desde data anterior à Lei n. 9.032/95. A nosso ver, existe direito adquirido do dependente designado porque sua relação jurídica com o INSS se formou antes da modificação da lei;
- b) pessoa designada que pretende receber cobertura previdenciária na hipótese de morte do segurado ou de seu recolhimento à prisão após a vigência da Lei n. 9.032/95. Não há direito adquirido por que a qualidade de dependente só poderia efetivar-se no momento da morte do segurado ou de seu recolhimento à prisão; tendo ocorrido a contingência após a vigência da nova lei, que não previa a pessoa designada no rol dos dependentes, não chegou a formar-se a relação jurídica entre aquela e o INSS, razão pela qual não há direito adquirido a invocar, nesse caso [...] (SANTOS, 2016, p. 120).

Conforme observa-se no rol constante na Lei 8.213/91, os dependentes estão organizados em classes. Tais classes, de acordo com o que dispõe o artigo 16, § 1º, da lei ora citada, possuem hierarquia entre si, desta maneira, "a existência de dependentes de uma classe anterior exclui os dependentes das classes seguintes [...] Assim, havendo dependentes da 1ª classe, automaticamente estão excluídos os dependentes das 2ª e 3ª classes". Além disso, os dependentes arrolados no inciso II e III necessitam comprovar a dependência econômica, diferentemente daqueles arrolados no inciso I (SANTOS, 2016, p. 121).

Ainda, vale frisar que os dependentes que são da mesma classe, devem concorrer entre si, em igualdade de condições, o que enseja no rateamento do benefício em partes iguais entre estes. Ademais, caso um deles tenha perdido a condição de dependente, a sua cota-parte devera acrescer a cota-parte dos demais dependentes (HORVATH JUNIOR, 2011). Cumpre acrescentar que tanto a divisão, quanto a reversão citada, não ocorrem no caso de dependentes que ocupam diferentes classes, haja vista que "extinta a classe beneficiária da prestação, extinto o benefício" (ANDRADE, LEITÃO, 2012, p. 65).

A grande discussão doutrinária e jurisprudencial que gira em torno do rol de dependentes constante na Lei 8.213/91 se dá a partir do questionamento de que seria ele, de fato, taxativo ou exemplificativo? Ora, conforme já demonstrado nos capítulos anteriores, a Constituição Cidadã recepcionou os inúmeros modelos familiares, caracterizando a pluralidade familiar e levando em consideração princípios tais como a dignidade da pessoa humana, a afetividade, a solidariedade e o pluralismo familiar.

Desta maneira, depreende-se que deve não só a legislação previdenciária, mas toda aquela atualmente vigente no Brasil, acompanhar as mudanças pelas quais passa a sociedade, principalmente quando tais mudanças encontram amparo constitucional, não havendo razão para que o rol de dependentes seja taxativo, devendo o mesmo ser entendido como exemplificativo, e, assim, proteger o maior número de famílias possível, consagrando não só os princípios inerentes a seguridade social, tais como a universalidade de cobertura e atendimento, mas também o da proteção das famílias estampado no art. 226 da CRFB/88.

No que se refere ao princípio da universalidade de cobertura de atendimento pode ser entendido por aquele que determina que a prestação social deve atingir a maior quantidade de eventos possível, desde que estes estejam ligados necessariamente a sobrevivência, tratando igualmente aqueles que estão sujeitos a um mesmo risco social (BOLLMANN, 2006).

Assim, percebe-se que independente do modelo familiar em qual está inserido o indivíduo, estando sujeito a um risco que afetará a sua sobrevivência, deveria o mesmo ser coberto pelos benefícios garantidos aos dependentes pela previdência social, em respeito não só ao princípio da universalidade de cobertura de atendimento, mas também ao princípio da dignidade humana que é a o pilar do nosso ordenamento jurídico. Entretanto, a legislação previdenciária não tutelou diversos modelos familiares, dentre eles, aquele objeto do presente estudo, as famílias paralelas no âmbito da conjugalidade, isto é, aquelas decorrente de conjugalidades simultâneas. Vejamos o que dispõe o artigo 16, § 6º, do Decreto 3.048/99, bem como o art. 1.723, do CC/2002:

Art. 16. [...]

§ 6º Considera-se união estável aquela configurada na convivência pública, contínua e duradoura entre o homem e a mulher, estabelecida com intenção de constituição de família, observado o § 1º do art. 1.723 do Código Civil, instituído pela Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (DECRETO ° 3.048/99).

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

§ 1º A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente (CÓDIGO CIVIL DE 2002).

Conforme observado, os dispositivos legais excluem da cobertura da previdência social aquelas famílias decorrentes de conjugalidades simultâneas, ainda que tais preencham os requisitos necessários para que haja o reconhecimento de uma entidade familiar, já destrinchados no primeiro capítulo.

Ora, preenchendo as uniões conjugais paralelas os mesmos requisitos da união estável, diferenciando-se apenas no que se refere à monogamia, que se trata apenas de uma regra de orientação, deveriam os integrantes da mesma serem enquadrados no inciso I, isto é, na primeira classe, do rol de dependentes constantes no art. 16 da Lei 8.213/91, não devendo ser necessária sequer a comprovação da dependência, haja vista que esta é presumida para os dependentes dessa classe. Esse posicionamento decorre do fato de que nas relações paralelas há um vínculo conjugal entre os dois indivíduos da relação, embora um ou os dois tenham outras relações conjugais paralelamente. Não obstante, não é por conta dessa realidade que se pode excluir o forte vínculo afetivo e de dependência de um para com o outro.

Realmente, a ratio da pensão por morte é a dependência econômica de forma que se, no caso concreto, restar demonstrada a existência de relações de matrimônio e de união estável simultâneas nas quais os companheiros ou companheiras dependiam do segurado ou segurada para sua subsistência, faz-se imperioso o reconhecimento do direito de ambos ao pensionamento legado.

Entender diversamente seria tentar impor um modelo de relacionamento aos cidadãos e deixar desamparado aquele que dependia economicamente do segurado, punindo-o (o dependente) por não ter se adequado ao modelo – inconstitucionalmente – exigido, além de perpetrar discriminação, ao se eleger o convivente “principal”, em detrimento do “outro”, que ficaria em segundo plano, marginalizado (FERREIRA, SILVA, 2011, p. 158).

Considerar os artigos citados, é o mesmo que contrapor-se diretamente ao princípio da pluralidade familiar. Acaba-se por excluir da proteção conferida pelo ordenamento as famílias formadas no âmbito da conjugalidade simultânea, desconsiderando toda carga afetiva destas relações.

[...] conferir consequências jurídicas distintas a duas situações fáticas semelhantes (duas células familiares), importaria violação ao princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Seria, do ponto de vista daquele que pleiteia o reconhecimento de sua relação, em muitos casos, dizer que a pessoa não viveu aquilo que viveu, que é uma pessoa “menor” do que aquelas que compõe a relação protegida pelo Estado, circunstância que, evidentemente, configura uma indignidade (VIEIRA, 2015, p. 15).

A parcela da doutrina que entende pelo não reconhecimento de tais entidades no âmbito do direito previdenciário apoia-se no argumento de que a pensão só é devida nos casos

de relação matrimonial e conjugal. Para esta corrente, é de fácil deslinde observar que consideram a monogamia um princípio orientador.

No âmbito jurisprudencial, a questão era controversa. O STJ, inclusive, chegou a admitir a partilha do benefício entre a viúva e a concubina, ao julgar o REsp 742.685/RJ. Todavia, a orientação jurisprudencial acabou sendo alterada. Com efeito, atualmente, tanto o STF (RE 397762) como o STJ (AgRg no REsp 1267832/RS) têm o entendimento de que a existência de impedimento para o matrimônio, por parte de um dos componentes do casal, embaraça a constituição da união estável. Vale dizer, é totalmente descabido o compartilhamento da pensão por morte entre a viúva e a concubina, uma vez que a pensão previdenciária somente é devida quando configurada a relação matrimonial ou a união estável, sendo inadmissível quando se tratar de concubinato.

Entretanto, é bom lembrar que, em março de 2012, a temática relativa aos efeitos previdenciários do concubinato de longa duração teve repercussão geral admitida pelo STF (RE 669465) (ANDRADE, LEITÃO, 2012, p. 68).

Embora o conservadorismo ainda seja reinante no âmbito previdenciário, a jurisprudência e uma corrente de autores com viés vanguardista vem dando efetivo reconhecimento aos novos modelos, tais como as famílias dotadas de simultaneidade conjugal, amparando-se nos princípios que serão esmiuçados no seguinte subtópico.

[...] o problema enfrentado pelo Direito da Seguridade Social decorre de sua interpretação, que é consubstanciada sempre na análise de outros ramos do Direito, mas não se atentando para os princípios fundamentais da seguridade, especialmente o teleológico: proteção social dos segurados e seus dependentes.

O fato de o Direito Civil não contemplar a previsão legal da existência das famílias simultâneas, não deve interferir na seara previdenciária, visto que seu escopo protetivo social e sua aplicação deve se dar de forma pragmática. Destarte, considerando a existência da presença do afeto, da conjugalidade, da finalidade de constituir família e a dependência econômica presumida, impende reconhecer a concessão dos benefícios previdenciários à concubina, em especial, a pensão por morte pelo falecimento do companheiro (LINO, TAKANA, 2016, p. 96-97).

Esta mesma corrente vanguardista já realizou um significativo avanço jurisprudencial, no âmbito do direito previdenciário, no que se refere ao reconhecimento da pluralidade dos modelos familiares. Ora, houve o efetivo reconhecimento dos conviventes do mesmo sexo, no sentido de considerar estes dependentes previdenciários um do outro, o que se deu através da Ação Civil Pública n. 2.000.71.00.009.347-0. Na ação citada, entendeu-se que a discriminação da união estável entre homossexuais não se coaduna com os princípios constitucionais da igualdade e da liberdade, não havendo argumento jurídico capaz de afastar a tutela do Poder Público sobre essas relações familiares no que se refere as garantias previdenciárias, pelo contrário, a proteção é garantida pelo art. 226, parágrafo 3º, da CRFB/88.

Desta maneira, conforme já abordado anteriormente, necessário se faz um posicionamento positivo dos órgãos legislativos competentes, no sentido de criar leis que regulamentem e garantam proteção a essas famílias paralelas.

Ademais, não se pode olvidar que a realidade é muito mais complexa do que possam prever os legisladores ou administradores públicos, sendo defeso ao Direito ignorá-la. A ciência jurídica não cria a família, apenas tem o dever de garantir a sua proteção, qualquer que seja a sua forma, prevista ou não em lei (FERREIRA, SILVA, 2011, p. 153).

Ainda, no que se refere à competência para legislar, e, desta maneira, ampliar o rol de dependentes, abarcando as famílias decorres de relações conjugais simultâneas, a CRFB/88 dispõe que é competência privativa da União legislar sobre seguridade social (art 22, XXIII), bem como é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre: previdência social, proteção e defesa da saúde (art. 24, XII). Ainda, para que haja qualquer "inovação, alteração, modificação e supressão de normas previdenciárias", deve-se valer da "utilização de qualquer uma das formas do processo legislativo constitucional", previsto no art. 59 da CRFB/88 (HORVATH JUNIOR, 2011, p. 7-8).

A Constituição dispõe, no art. 193, que o bem-estar e a justiça social são os objetivos da ordem social, sendo tal ordem pressuposto para a execução e existência dos direitos sociais. Ora, tais direitos, que incluem a previdência social são direitos fundamentais, que podem ser traduzidos em "prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais" (SILVA, 2005, p. 286, apud BERTOLAIA, PALAZZOLO, p. 286, 2016).

Inclusive, a seguridade social está inclusa no rol de direitos e garantias individuais da CRFB/88. Assim, conforme estabelece o art. 60, § 4º, CF/88, trata-se de uma cláusula pétrea, não podendo ser submetida ao constituinte reformador. Não obstante, levando em consideração as constantes mudanças na estrutura das famílias, bem como a evidente ampliação do rol de entidades familiares, mudanças que não alterem o núcleo fundamental da proteção previdenciária, mas apenas se adaptem aos "contornos evolucionantes da nossa realidade social", não só podem como devem ser recebidas, haja vista a necessidade de realizar adaptações necessárias ao aperfeiçoamento da cobertura previdenciária, desde que não afete a dignidade da pessoa humana (ROCHA, 2004, p. 144).

Conclui-se, portanto, que na atual sociedade e sob o manto da Constituição vigente, é incabível a intromissão estatal em assunto tão íntimo quanto o modo como a família se forma. Ao contrário, incumbe ao Estado tutelar toda sorte de entidade familiar que se apresenta na realidade, assim viabilizando o desenvolvimento pleno de cada pessoa. Nesse cenário, não se poderia negar status de família a relacionamentos paralelos que na vida prática constituem-se como tal (FERREIRA, SILVA, 2011, p. 15).

Ora, o não reconhecimento da pluralidade das entidades familiares afeta diretamente uma gama de princípios, tais como o da dignidade humana, como será demonstrado a seguir.

Razão assiste à doutrina que defende a extensão à concubina o direito ao benefício previdenciário da pensão por morte, ao mesmo tempo que a esposa, ou a(s) outra(s) companheiras, por dois motivos: i – a previsão legal civilista das famílias, limitada ao casamento, a monoparental e a união estável sem impedimentos, não pode ser aplicada ao Direito da Seguridade Social, por possuir regras e princípios próprios; ii – o fundamental princípio da previdência é a proteção social dos segurados e seus dependentes econômicos, o que vem de encontro à uma interpretação puramente normativista literal, do conceito dependente para a seguridade social (LINO, TAKANA, 2016, p. 97).

Assim, depreende-se do acima exposto que o direito previdenciário necessita adaptar-se às constantes mudanças na realidade social, ampliando a sua cobertura de maneira a garantir a efetividade do princípio da dignidade humana, não devendo aprisionar-se a um ordenamento jurídico ultrapassado que está em plano descompasso com o arcabouço constitucional.

#### 4.2 OS FUNDAMENTOS DO RECONHECIMENTO DAS RELAÇÕES CONJUGAIS SIMULTÂNEAS À LUZ DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO DE FAMÍLIA

A base para as decisões acerca dos casos concretos onde há a presença do paralelismo afetivo, isto é, da simultaneidade conjugal, pousa nos princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade, da afetividade, da busca da felicidade, da liberdade, e da igualdade, com a ressalva de que deverão ser observadas às peculiaridades multifacetadas apresentadas em cada caso (STJ, 2014, on-line). Desta maneira, é possível concluir que os princípios ora citados são a base jurídica que tornam possível o reconhecimento das famílias simultâneas no âmbito do Direito Previdenciário.

Inicialmente, para que sejam compreendidos os princípios a seguir arrolados, necessário se faz compreender que o conceito de família trazido pela Constituição tem como característica os laços de afetividade nutrido pelos diversos modelos familiares (VERAS, 2013).



O primeiro princípio primordial que merece tal posição devido a sua relevância, haja vista ser a base fundamental do reconhecimento das famílias simultâneas, é o princípio da dignidade da pessoa humana. Este está estampado no art. 1º, inciso III, da CRFB/88, sendo considerado um fundamento do Estado Democrático de Direito.

O postulado ético que, incorporado ao ordenamento jurídico, consubstancia o princípio segundo o qual o ser humano, quer nas suas relações com seus semelhantes, quer nas suas relações com o Estado, deve ser tomado como um fim em si mesmo, e não como um meio, o que o faz dignitário de um valor absoluto, donde exsurge um regime jurídico que apresenta uma feição negativa e outra positiva. A primeira impõe aos demais e ao Estado o dever de respeito à sua incolumidade física, psíquica e social (entendida aqui como a liberdade para se autodeterminar e para, junto com os demais, participar da autodeterminação da comunidade na qual se integra). A segunda consubstancia a exigência de prestações do Estado que afiancem os pressupostos materiais mínimos para a preservação da vida e a inclusão na sociedade, bem como a proteção em relações privadas em que se saliente sua situação de vulnerabilidade (por ex., relações de trabalho, consumo, etc.) (NUNES JÚNIOR, 2009, p. 219).

Ora, a dignidade da pessoa humana norteia o ordenamento jurídico, no sentido de que deve tal ordenamento ter como objetivo a proteção a pessoa humana e, não mais, outros referenciais, haja vista que “a razão de ser do Estado Brasileiro” é a pessoa humana em si, e não as propriedades, as organizações religiosas, as concepções da sociedade ou até mesmo o próprio Estado (PAULO, ALEXANDRINO, 2008, p. 88).

Concretizar esse princípio é um desafio imenso, ante a cultura secular e resistente. No que respeita à dignidade da pessoa da criança, o artigo 227 da Constituição expressa essa viragem, configurando seu específico *bill of rights*, ao estabelecer que é dever da família assegurar-lhe “com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, além de colocá-la “à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Não é um direito oponível apenas ao Estado, à sociedade ou a estranhos, mas a cada membro da própria família. É uma espetacular mudança de paradigmas (LOBO, 2004, on-line).

Pelo exposto, depreende-se que sendo a pessoa humana o centro do nosso ordenamento jurídico, não é compatível com este primado constitucional, a falta de tutela às famílias simultâneas, sendo tal exclusão pautada no sistema monogâmico. Ainda, cumpre salientar que o preceito monogâmico não é um princípio, mas sim uma regra de orientação que se desenvolveu e ganhou força em determinado momento histórico, não acompanhando as suscetíveis e ininterruptas mudanças sociais ao longo do tempo.

Dignidade da pessoa a considerar em si e por si, que o mesmo é dizer a respeitar para além e independente dos contextos integrantes e das situações sociais em que ela concretamente se insira. Assim, se o homem é sempre membro de uma comunidade, de um grupo, de uma classe, o que ele é em dignidade e valor não se reduz a esses

modos de existência comunitária ou social. Será por isso inválido, e inadmissível, o sacrifício desse seu valor e dignidade pessoal a benefício simplesmente da comunidade, do grupo, da classe. Por outras palavras, o sujeito portador do valor absoluto não é a comunidade ou classe, mas o homem pessoal, embora existência e socialmente em comunidade e na classe (NEVES apud SARLET, 2010, p. 137).

Desta maneira, resguardar o direito previdenciário à concubina ou ao concubino, na posição de dependentes pertencentes a primeira classe, está intrínseco às garantias advindas do princípio da dignidade humana, levando em consideração que tais indivíduos possuem com o instituidor do benefício não apenas uma relação de afetividade, mas também uma relação de dependência. Assim, lhes retirar o direito a um benefício, que na maioria das vezes possui natureza alimentar, fere nitidamente às suas integridades, físicas, morais e psíquicas, podendo lhes colocar até mesmo em uma condição de miserabilidade, reforçando a marginalização e a invisibilidade enraizada numa sociedade que é cada vez mais plural e não comporta mais essa falta de tutela jurídica, traduzida em descaso, atentando diretamente com a dignidade do partícipe da relação.

Deve-se proteger o "o desenvolvimento e a concretização da dignidade da pessoa humana por meio da convivência familiar", o que se dá através da proteção de cada um dos membros familiares, e não da proteção ao desejo e a satisfação egoístas destes, haja vista que tal anseio pode caracterizar uma "séria violação da dignidade pessoal dos componentes do outro núcleo", frustrando "as expectativas de coexistência afetiva nutridas por conta da relação de conjugalidade entre eles mantida" (RUZYK, 2003, p. 147). Por conseguinte, o princípio da dignidade da pessoa humana adentra a seara da família, e, assim, a seara previdenciária, no que se refere aos dependentes, garantindo uma existência digna aos indivíduos, através de uma ruptura de pré-conceitos (KRAPF, 2013).

Outro princípio que sustenta o reconhecimento das famílias simultâneas é o da afetividade. Embora haja uma corrente que entenda que o afeto não pode figurar como princípio, o presente trabalho se filia ao entendimento que se trata de um princípio que, ainda que não esteja expresso na Constituição, é um elemento fundamental na caracterização das famílias, sendo compreendido como um requisito essencial para o reconhecimento de um grupo como entidade familiar. Foi a crescente valorização do afeto, bem como o seu reconhecimento como princípio, que ensejou na denominada pluralidade familiar, estampada no art. 226 da Constituição Federal.

Nas palavras de Paulo Lôbo (2002), "o princípio da efetividade tem fundamento constitucional; não é petição de princípio, nem fato exclusivamente sociológico ou psicológico". Com o passar do tempo, o afeto fez com houvesse a perda de espaço na sociedade

daquele modelo familiar baseado exclusivamente no matrimônio e na família patriarcal, dando reconhecimento a um conceito de família plural, que absorve todos os vínculos gerados pela presença de um envolvimento afetivo (DIAS, 2010).

[...] outras transformações também contribuíram para esta repersonalização das relações familiares. Entre elas agiganta-se a afetividade, que ganhou foro de princípio jurídico na expressão e retrato da família como ela é nos dias atuais. Ao se falar em afeto, já não se o entende como antes, quer dizer, ao tempo da família patriarcal e hierarquizada, quando então significava apenas um sentimento fragilizado e até mesmo tido como secundário, nas relações de família. Hoje, o afeto – considerado como valor jurídico – promoveu a família de um status patriarcal para um status nuclear. Se, no anterior tempo, o afeto “era presumido em razão de o vínculo jurídico dar a existência de uma família”, no espaço atual “ele é um dos elementos responsáveis pela visibilidade e continuidade das relações familiares” (HIRONAKA, 2013, p. 201-202).

Portanto, estando presente o afeto nas famílias de conjugalidade paralela, sabendo-se que estas cumprem suas funções pessoais no sentido afetivo, nada mais justo do que estender aos concubinos o reconhecimento como dependentes para fins previdenciários, haja vista que “a família do século XX se caracteriza pelo sentido afetivo, expresso por meio de suas funções pessoais” (RUKYK, 2003, p. 20)

Ainda, cumpre destacar o princípio do pluralismo familiar, implícito no art. 226 da CRFB/88. Por meio do mesmo, é de fácil deslinde que devem ser enquadrados no conceito de família, os modelos que preencherem os requisitos de afetividade, estabilidade e ostensibilidade, indo de encontro ao princípio constitucional, qualquer tipo de exclusão, caso estejam preenchidos os requisitos. Desta maneira, entende-se como exemplificativo o rol ali constante, estando implícitos os demais modelos familiares (KRAPF, 2013).

Ora, se o rol constante na constituição é apenas exemplificativo, deve o Direito Previdenciário estar em compasso com a mesma, de maneira a reconhecer os demais modelos familiares, tais como as famílias paralelas, sendo tais objeto de sua proteção, respeitando assim o pluralismo familiar e a liberdade de escolha de modos de convivência, não devendo o Estado usurpar o direito do indivíduo de direcionar o seu afeto, haja vista que se tratam de relações privadas (PORTELA, 2015).

Por fim, há dois princípios que trabalham juntos na sustentação do reconhecimento das famílias paralelas, a constar: o da igualdade e o da liberdade. Tais princípios são garantidas fundamentais dispostas no art. 5º da Constituição Federal.

Pelo princípio da igualdade, é possível observar que fazer distinção entre dois núcleos familiares, levando em consideração apenas o laço matrimonial que existe em um deles, afronta um direito fundamental do indivíduo. Já pelo princípio da liberdade, compreende-se que

cada indivíduo é livre para fazer suas escolhas no que tange aos modelos familiares, desde que ultrapasse o alcance e a liberdade dos demais indivíduos. Desta maneira, o ordenamento jurídico previdenciário, ao excluir as famílias paralelas do seu escopo de proteção afronta diretamente as cláusulas pétreas da Constituição Federal.

#### 4.3 AS TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS E O ATIVISMO DO PODER JUDICIÁRIO NA TUTELA DOS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES NO ÂMBITO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

A jurisprudência brasileira, assim como a doutrina, não é pacífica quando o assunto é o reconhecimento das famílias de conjugalidades simultâneas, principalmente no que se refere aos efeitos previdenciários decorrentes da mesma. A seguir serão traçadas algumas decisões, no âmbito da Justiça Federal, favoráveis ou não ao reconhecimento das relações simultâneas para fins previdenciários e seus principais fundamentos.

No que se refere aos Tribunais Regionais Federais, estes tradicionalmente vem adotando posições vanguardistas, embora não haja um posicionamento uniforme entre eles. Ainda, é possível observar esse avanço no que se refere ao reconhecimento das relações paralelas, principalmente, no TRF da 4ª Região, conforme demonstra-se através dos seguintes julgados:

**PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUISITOS. RATEIO ENTRE ESPOSA E CONCUBINA. POSSIBILIDADE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. COMPROVAÇÃO.**

1. A concessão do benefício de pensão por morte depende do preenchimento dos seguintes requisitos: a) a ocorrência do evento morte; b) a condição de dependente de quem objetiva a pensão; c) a demonstração da qualidade de segurado do de cujus por ocasião do óbito. Além disso, rege-se o benefício pela legislação vigente à época do falecimento e independe de carência. 2. Comprovada a condição de companheira do segurado, o que lhe confere o enquadramento na qualidade de dependente nos moldes do art. 16, inc. I, da Lei nº 8.213/91; e demonstrada a união estável entre a concubina e o de cujus, deve ser rateado o benefício (TRF-4 - AC: 5028246-20.2015.4.04.9999/PR, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRCIO ANTONIO ROCHA. DJ: 05/02/2019, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR).

**PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. BENEFÍCIO NEGADO. ESPOSA E COMPANHEIRA. POSSIBILIDADE DE RECEBEREM PENSÃO POR MORTE EM CONJUNTO. COABITAÇÃO E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NA DATA DO ÓBITO.** 1. A concessão do benefício de pensão por morte depende da ocorrência do evento morte, da demonstração da qualidade de segurado do de cujus e da condição de dependente de quem objetiva o benefício. 2. Ainda que o segurado fosse casado à época do óbito, tem direito à quota-parte da pensão por morte a pessoa que com ele mantinha coabitação e dependência econômica comprovada nos dias que antecederam ao falecimento, após longo período de convívio estável, do qual resultaram filhos. 3. A possibilidade ou não da divisão da pensão entre esposa e concubina ainda não é questão consolidada em definitivo na jurisprudência do STF que, sob nova

composição, reconheceu recentemente a repercussão geral do tema. (TRF-4 - AC: 5004321-86.2011.404.7007/PR, Relator: TAIS SCHILLING FERRAZ. DJ: 22/07/2014, QUINTA TURMA).

Dos votos dos relatores dos processos supracitados, é possível extrair que o reconhecimento do vínculo familiar com repercussão previdenciária se deu pela comprovação da clara dependência material, bem como da prova material que demonstrou a convivência more uxório com as concubinas, devendo estas serem entendidas como verdadeiras companheiras do segurado, enquadrando-se na qualidade de dependentes nos moldes do art. 16, inc. I, da Lei 8.213/91. Vale, inclusive, salientar trecho brilhante de um dos julgados citados:

Quanto ao tema, propriamente, não vislumbro impedimento à concessão do benefício de pensão por morte à esposa e à concubina do segurado que, eventualmente mantenha-se casado e residindo concomitantemente com a legítima esposa e com a companheira.

Uma vez que reste comprovada a existência da concomitância das duas relações, o casamento do segurado com a legítima esposa, e a convivência como se marido fosse com a companheira, não há porque se diferenciar as duas situações de convívio, que de fato existiram, para fins de pensão. Comprovada a estabilidade da união e a dependência econômica, impõe-se a divisão da pensão entre esposa e companheira.

É preciso saber, contudo, se na data do óbito, o concubinato ainda existia. É que em se tratando de relação de fato, a presunção da dependência econômica somente ocorrerá se o vínculo estivesse mantido quando do falecimento do instituidor da pensão.

É fato que o segurado instituidor da pensão manteve, por muitos anos, um relacionamento matrimonial não cessado nem jurídica nem faticamente, com a esposa legítima, em concomitância ao relacionamento com a autora, como se casados fossem. Desta última união, inclusive, sobrevieram filhos.

A prova produzida nos autos dá conta de que a autora mantinha residência com o segurado falecido no período imediatamente anterior à data do respectivo óbito. Daí decorre que a dependência econômica, no caso, é presumida (TRF-4 - AC: 5004321-86.2011.404.7007/PR, Relator: TAIS SCHILLING FERRAZ. DJ: 22/07/2014, QUINTA TURMA).

No que se refere ao entendimento da Turma Nacional de Uniformização, esta trilha um caminho conservador, no sentido de não reconhecer a simultaneidade conjugal para fins previdenciários. Cumpre ressaltar que a TNU é o órgão do Poder Judiciário responsável por uniformizar a jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

Compete à Turma Nacional de Uniformização processar e julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quanto à questão de direito material fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes regiões, em face de decisão de turma recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização, ou um face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional de Uniformização.

Compõem a Turma Nacional 10 juízes federais provenientes das turmas recursais dos juizados, sendo 2 juízes federais de cada Região. Sua presidência é exercida pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal (CJF, on-line).

A TNU entende em suas decisões que a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional ao reconhecer a condição de entidade familiar a união estável, inclusive facilitando a sua conversão em casamento, não contemplou o concubinato, haja vista que este se dá entre homem e mulher impedidos legalmente de se casar, devendo os benefícios previdenciários serem deferida apenas à esposa, ou a companheira, e não à concubina.

PREVIDENCIÁRIO. CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PENSÃO POR MORTE. CASAMENTO LEGÍTIMO SIMULTÂNEO A RELAÇÃO CONCUBINÁRIA. AUSÊNCIA DE SEPARAÇÃO DE FATO. RATEIO DO BENEFÍCIO ENTRE A ESPOSA, A CONCUBINA E O FILHO MENOR HAVIDO COM ESTA. IMPEDIMENTO DE CASAMENTO COM A CONCUBINA. RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. IMPOSSIBILIDADE. EXCLUSÃO DA CONCUBINA DO ROL DE DEPENDENTES DO DE CUJUS. BENEFÍCIO DEVIDO APENAS À ESPOSA E AO FILHO MENOR. PROVIMENTO DO INCIDENTE. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA REALIZAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO A PARTIR DA ORIENTAÇÃO FIRMADA. 1. Sendo pressuposto da união estável a ausência de impedimentos para o casamento ou a separação de fato, não é possível o seu reconhecimento na vigência de matrimônio válido sem separação, mantendo-se o concubinato adúltero à margem da legislação previdenciária, pelo que a pensão por morte deve ser deferida apenas à esposa ou companheira, e não à concubina.

[...]

(TNU. Acórdão 200770950160607. Relator para acórdão: JUIZ FEDERAL JOÃO CARLOS MAYER SOARES. DJ: 22/06/2009.)

EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DISPUTA DO BENEFÍCIO ENTRE EX-ESPOSA NÃO SEPARADA DE FATO E CONCUBINA. ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE RECONHECEU DIREITO EXCLUSIVO DA VIÚVA AO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FUNDADO EM DOIS JULGADOS DO STJ, UM DOS QUAIS PROFERIDO EM 1994, QUE ADMITIRAM O RATEIO DO BENEFÍCIO ENTRE VIÚVA E CONCUBINA. DIVERGÊNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ NÃO DEMONSTRADA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. (TNU. Acórdão 200735007138095. Relator do acórdão: JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO. DJ: 12/02/2010.)

Ademais, cumpre frisar algumas das decisões tomadas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. No ano de 2001, indo de encontro as inúmeras decisões do próprio tribunal, inclusive dadas em momentos posteriores, decidiu a Corte pelo reconhecimento da relação de concubinato para fins previdenciários, conforme pôde ser observado através do REsp nº 742685:

RECURSO ESPECIAL. PENSÃO PREVIDENCIÁRIA. PARTILHA DA PENSÃO ENTRE A VIÚVA E A CONCUBINA. COEXISTÊNCIA DE VÍNCULO CONJUGAL E A NÃO SEPARAÇÃO DE FATO DA ESPOSA. CONCUBINATO IMPURO DE LONGA DURAÇÃO.

"Circunstâncias especiais reconhecidas em juízo". Possibilidade de geração de direitos e obrigações, máxime, no plano da assistência social. Acórdão recorrido não deliberou à luz dos preceitos legais invocados. Recurso especial não conhecido (STJ. RECURSO ESPECIAL Nº 742.685 RJ 2005/0062201-1. Relator: Ministro José Arnaldo da Fonseca. DJ: 04/08/2005).

Do voto do relator é possível extrair alguns dos fundamentos que estão em consonância com o defendido no presente trabalho:

No caso, todavia, a meação da pensão atribuída à concubina não decorreu da omissão do acórdão no examinar a condição de viúva da recorrente os depoimentos das suas testemunhas. Assentou-se, e entendeu bastante, na comprovação da condição de concubina, por 30 anos, e nas circunstâncias registradas no INSS e nos documentos juntados e depoimentos tomados, tópicos necessários ao completo desate da controvérsia.

[...]

**Afinal, cumpre repisar: o falecido era casado com a recorrente e dela não se separou, mas, concomitantemente, manteve relação amorosa com a recorrida, durante 30 anos, instituiu-a beneficiária da previdência social, abriu com ela conta conjunta em estabelecimento bancário. São esses fatos incontroversos, acertados em 1o e 2o graus.**

**Ante uma situação de fato dessa ordem, que perdurou por 3 (três) décadas, de que se extrai o reconhecimento de efetiva affectio societatis, poderia o magistrado prostrar-se inerte, indiferente, apegado ao hermetismo dos textos legais, deslembado do princípio de que, na aplicação da lei, há de se atender aos fins sociais?**

**É claro que não, máxime em se tratando de benefício meramente assistencial sem envolver direito de herança. (grifo)**

É certo que, no caso, a relação ex vi legis não constitui entidade familiar (CF, art. 226, § 3o - Lei 9.278/96).

Não menos certo que um liame duradouro, nas circunstâncias e condições em que se desenvolveu, a se pressupor com característica de aparente concubinato consentido, mitiga a repulsa e a preocupação da lei com as relações travadas fora do casamento e na sua constância.

[...]

E recita Edgar Quinet: "Não há juiz mais justo e mais severo do que o tempo".

[...]

(STJ. RECURSO ESPECIAL Nº 742.685 RJ 2005/0062201-1. Relator: Ministro José Arnaldo da Fonseca. DJ: 04/08/2005).

Não obstante, tradicionalmente o STJ possui notoriamente posição conservadora, não reconhecendo o compartilhamento do benefício previdenciário entre a concubina e a cônjuge ou companheira, sob o argumento de que é inadmissível a concessão de benefício previdenciário quando tratar-se de relação de concubinato. Desde já, frisa-se que tal trabalho, conforme abordado ao longo do mesmo, demonstrou não estar de acordo com tal posicionamento, eis que fere uma gama de direitos fundamentais, tais como o princípio da liberdade, da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Por exemplo, o STJ, no julgamento do AgRg no Ag 683975, decidiu assim:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DE FAMÍLIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. CONCUBINATO E UNIÃO ESTÁVEL. CARACTERIZAÇÃO. DIFERENÇA DE INSTITUTOS E EFEITOS JURÍDICOS. PARTILHA DE BENS. ESFORÇO COMUM. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. 1.

[...]

**2. Esta Corte Superior consagrou o entendimento de que a relação concubinária, paralela a casamento válido, não pode ser reconhecida como união estável, salvo se configurada separação de fato ou judicial entre os cônjuges. (grifo)** 3. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça possuem jurisprudência firmada na vertente de ser descabido o compartilhamento da pensão por morte entre a viúva e a concubina, uma vez que a pensão previdenciária somente é devida quando configurada a relação matrimonial ou a união estável, sendo inadmissível quando se tratar de concubinato. [...]

(STJ. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO : AgRg 683975 / RS 2005/0090735-7. Relator: Ministro Vasco Della Giustina. DJ: 02/09/2009).

Percebe-se que o Superior Tribunal em decisão supra preferiu privilegiar relação conjugal decorrente do matrimônio, isto é, a esposa do beneficiário, em detrimento da concubina, que foi deixada à margem do direito, alimentando tal decisão uma cultura carregada de preconceito, patriarcalismo e mitigação dos direitos das mulheres. Tal posicionamento também pode ser observado em julgados recentes. Vejamos:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PEDIDO DE ARROLAMENTO E PARTILHA DE BENS. UNIÃO ESTÁVEL CONCOMITANTE A CASAMENTO SEM SEPARAÇÃO DE FATO. 1. À luz do disposto no § 1º do artigo 1.723 do Código Civil de 2002, a pedra de toque para o aperfeiçoamento da união estável não está na inexistência de vínculo matrimonial, mas, a toda evidência, na inexistência de relacionamento de fato duradouro concomitante àquele que pretende proteção jurídica. Nesse viés, apesar de a dicção da referida norma também fazer referência à separação judicial, é a separação de fato (que, normalmente, precede a separação de direito e continua após tal ato formal) que viabiliza a caracterização da união estável de pessoa casada. 2. Consequentemente, mantida a vida em comum entre os cônjuges (ou seja, inexistindo separação de fato), não se poderá reconhecer a união estável de pessoa casada. Nesse contexto normativo, a jurisprudência do STJ não admite o reconhecimento de uniões estáveis paralelas ou de união estável concomitante a casamento em que não configurada separação de fato.

[...]

5. Uma vez não demonstrada a boa-fé da concubina de forma irrefutável, não se revela cabida (nem oportuna) a discussão sobre a aplicação analógica da norma do casamento putativo à espécie.

[...]

(STJ. RECURSO ESPECIAL: REsp 1754008 / RJ 2018/0176652-5. Relator: Ministro Luís Felipe Simão. DJ: 13/12/2018. Quarta turma. STJ, 2018).

Cumprido frisar que tal decisão reformou aquela decorrente do Tribunal de origem, no qual este havia se pronunciado no seguinte sentido:

É que tenho posicionamento intermediário entre aquele firmado pelo STF por meio do qual seria descabida a divisão da pensão entre a viúva e a concubina, uma vez neste



último caso não haveria vínculo agasalhado pelo ordenamento jurídico, e o outro entendimento da corrente que amplia o conceito de família para ali englobar situações nas quais o importante é comprovação da formação em si de um novo e duradouro núcleo doméstico.

**Penso que, caso provada a existência de relação extraconjugal duradoura, pública e com a intenção de constituir família, ainda que concomitante ao casamento, deve ser conferida a ela mesma proteção dada à relação matrimonial e à união estável, mas desde que o cônjuge não faltoso com os deveres do casamento tenha efetiva ciência da existência dessa outra relação fora do casamento. (grifo)**

Ora, se a esposa aceita compartilhar o marido em vida, afirmado pela própria apelante em audiência de instrução, pelas mesmas razões também deveria aceitar a divisão da pensão após o seu falecimento.

(...)

Diante desses elementos, resta evidenciado que a apelante tinha ciência da relação extraconjugal simultânea de seu marido com a autora, cujo relacionamento rendeu uma filha fora do casamento, mas, como queria preservar seu núcleo familiar, resolveu aceitar a situação como estava posta, mesmo porque ainda nutria algum afeto pelo falecido, tanto é que dispensou cuidados ao Sr. Arruda até o final de sua vida com o acompanhamento durante internações hospitalares.

Por esses fundamentos, constada a existência de união estável e de dependência econômica entre a Sra. Alzenira Firmino da Silva e o falecido Sr. Rolieners de Arruda Câmara, deve ser mantida a sentença combatida, no sentido de reconhecer o direito da autora ao recebimento de pensão por morte em concorrência com a apelante e demais beneficiários, tornando insubsistente o pleito recursal.

Percebe-se que o Tribunal de origem apresentou posicionamento vanguardista, estando tal em pleno compasso com os princípios constitucionais elencados no subcapítulo anterior, efetivando o reconhecimento das conjugalidades simultâneas para fins previdenciários.

Por fim, no que se refere ao Supremo Tribunal Federal, esta Corte Maior decidiu por diversas vezes pelo não reconhecimento dos efeitos previdenciários para as denominadas famílias simultâneas, sob o argumento de que concubinato “ímpuro” não se assemelha com união estável, sendo tais institutos jurídicos diversos.

COMPANHEIRA E CONCUBINA - DISTINÇÃO. Sendo o Direito uma verdadeira ciência, impossível é confundir institutos, expressões e vocábulos, sob pena de prevalecer a babel. UNIÃO ESTÁVEL - PROTEÇÃO DO ESTADO. A proteção do Estado à união estável alcança apenas as situações legítimas e nestas não está incluído o concubinato. PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO - MULHER - CONCUBINA - DIREITO. A titularidade da pensão decorrente do falecimento de servidor público pressupõe vínculo agasalhado pelo ordenamento jurídico, mostrando-se impróprio o implemento de divisão a beneficiar, em detrimento da família, a concubina (STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 590779 / ES. Relator: Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/02/2009. Primeira turma).

Cumpre ressaltar que o Ministro Carlos Brito foi voto vencido na decisão supracitada, filiando-se ao seu entendimento o presente trabalho, haja vista que o mesmo se posicionou da seguinte maneira:

Por isso, entendo que, se há um núcleo doméstico estabilizado no tempo, é dever do Estado ampará-lo como se entidade familiar fosse, como real entidade real [...]. Interessa é que o núcleo familiar em si merece toda a proteção (STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 590779 / ES. Relator: Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/02/2009. Primeira turma).

Não obstante, este posicionamento está passível de mudança, haja vista que a Suprema Corte decidiu submeter novamente a julgamento a matéria, entendendo pela Repercussão Geral do Tema, a constar o Tema 526, que em síntese, trata da possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.

Sobre o tema 526 verifica-se que o RE foi interposto pelo INSS com fulcro no art. 102, III, a, da CF/88, apontando violação ao artigo 226, § 3o, do Diploma Maior e sustentando que não é possível reconhecer a união estável entre o falecido e a autora, “diante da circunstância de o primeiro ter permanecido casado, vivendo com esposa até a morte”, não sendo possível atribuir efeitos previdenciários ao concubinato impuro, visto que “a união estável apenas ampara aqueles conviventes que se encontram livres de qualquer impedimento que torne inviável possível casamento”, e no caso o falecido viveu por mais de 20 anos com a autora, em união pública e notória, apesar de ser casado.

Para o Relator faz-se necessário averiguar, à luz do art. 226, § 3o, do Diploma Maior se é possível reconhecer direitos previdenciários à pessoa que, durante longo período e com aparência familiar, manteve união com pessoa casada. Assim, ele considera que a matéria possui repercussão geral, apta a atingir inúmeros casos que exsurgem na realidade social, envolvendo o art. 201, V, e 226, § 3o, da CF/88. No Plenário Virtual houve a manifestação a favor da repercussão geral de 09 ministros e abstenção dos demais (SILVA, TORRES, 2016, p. 21).

Ora, o instituto de repercussão geral foi criado pela Emenda Constitucional n° 45, “ao contexto do Recurso Extraordinário”, sendo utilizado pelo STF para discutir matérias de ampla relevância econômica, social, jurídica e política, permitindo a uniformização da interpretação constitucional (SILVA, TORRES, 2016, p. 1).

Desta maneira, percebe-se que o STF trilha um caminho que pode levar ao reconhecimento da conjugalidade paralela para efeitos previdenciários, permitindo uma verdadeira harmonia entre a constituição através de seus direitos fundamentais e o ordenamento jurídico previdenciário.

É necessário que o Poder Judiciário, através do seu notório saber jurídico, afasta-se do senso comum, enraizado pelos preconceitos que a sociedade traz consigo de uma época onde o patriarcado imperava, e coloque o nosso arcabouço jurídico constitucional como a base para o reconhecimento das famílias de conjugalidades simultâneas, haja vista ser ele o verdadeiro norteador, não apenas do Direito de Família, mas de todos os ramos jurídicos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a Constituição Federal de 1988, buscando posicionar o ser humano no centro do ordenamento jurídico, instituiu como princípio o pluralismo familiar. Não obstante, o preceito monogâmico permaneceu incumbido na mesma, conforme pode ser observado no art. 226, parágrafo 3º, onde o legislador determinou que a lei deveria facilitar a conversão da união estável em casamento. Tal dispositivo demonstra uma verdadeira hierarquização entre as entidades familiares, vindo a influenciar os intérpretes e os aplicadores da lei negativamente, de maneira a excluir do bojo do ordenamento jurídico as famílias de conjugalidades paralelas.

Tal realidade torna-se ainda mais evidenciada ao realizar uma análise da legislação previdenciária. Ora, a previdência busca amparar seus beneficiários, a constar, os segurados e os seus dependentes, garantindo assim a função social a qual se destina, protegendo a pessoa humana em suas necessidades mais básicas. Ocorre que não só a legislação previdenciária originária, como também boa parte dos entendimentos jurisprudenciais, conforme demonstrando, são guiados pela ideia de que as relações onde constata-se o concubinato, isto é, aquelas em um mesmo membro ocupa mais de um núcleo familiar no âmbito da conjugalidade, não merecem a proteção do Estado, devendo tais serem deixadas à margem do ordenamento jurídico.

Ora, este entendimento que prioriza a monogamia e o matrimônio está enraizado por um conservadorismo que não se adequa ao momento vivido pela sociedade brasileira. Mitiga-se a família em prol de instituições social que se alterem ao longo do tempo. Desprestigia-se a pessoa humana em prol de regras sociais que colocam a propriedade no centro do ordenamento jurídico. Deve o direito acompanhar a sociedade, não o contrário. É a sociedade a verdadeira responsável por moldar a cultura de seu povo, não podendo tal prender-se a institutos estáticos. Ademais, a mulher ganhou autonomia e papel de destaque após séculos de submissão. Não há mais espaço para posturas conservadoras e preconceituosas que mitiguem seus direitos e privilegiem o varão e a família decorrente do matrimônio.

Em verdade, o enlaçamento existente entre os indivíduos, que enseja nas entidades familiares, é a chave para compreender a existência dos múltiplos modelos familiares. Não há qualquer menção na Carta Magna, que leve ao entendimento de que a monogamia é um princípio a ser observado pelas famílias. Pelo contrário, observa-se que a mesma é um elemento que tem um forte cunho religioso, tendo origem na cultura judaico-cristã, podendo ser entendida, no máximo, com um elemento estruturante da nossa sociedade.

Ora, a liberdade é o mandamento do século XX, o que justifica a escolha de cada indivíduo pelo modelo familiar que lhe cabe, devendo tal pautar-se pelo princípio da afetividade, seja uma relação decorrente de matrimônio, união estável ou concubinato. A família é constitucionalmente um conceito amplo e pluralista, não comportando privações e preconceitos no que se refere a sua exteriorização. Não há taxatividade no rol delineado pela Constituição Cidadã, sendo tal meramente exemplificativo.

O fenômeno da personalização das relações familiares é latente, não havendo como ignorá-lo, baseando-se em preceitos ultrapassados que não levam em consideração a individualidade da pessoa humana. É verdade que não é toda e qualquer relação de afeto que deve ser recebida como entidade familiar. Não obstante, preenchidos os requisitos da afetividade, da ostentabilidade e da estabilidade, não há empecilhos jurídicos ao efetivo reconhecimento.

Ainda, conforme abordado, a Seguridade Social veio assegurar o mínimo existencial aos indivíduos, de maneira a garantir-lhes a dignidade. Ocorre que, a partir do momento que determinadas formações familiares são excluídas dessa tutela jurídica, afronta-se os preceitos fundamentais do Estado Democrático de Direito, não podendo ser sustentada tal realidade.

Por todo o exposto, levando-se em consideração a efetiva garantia da dignidade da pessoa humana e da liberdade, deve a Previdência Social reconhecer a dinamicidade das relações sociais, protegendo, no âmbito da família do segurado, todos os seus dependentes, não comportando tal abrangência posicionamentos religiosos ou morais.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE FILHO, Carlos Cavalcanti. **Famílias simultâneas e concubinato adúltero**. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.), Família e cidadania, o novo CCB e a vacatio legis. Belo Horizonte: IBDFAM, Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família, 2002.
- ANDRADE, Flávia Cristina Moura de e LEITÃO, André Studart. **Direito previdenciário I** (Coleção saberes do direito 45). São Paulo: Saraiva, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Lei Orgânica da Seguridade Social. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2002.
- \_\_\_\_\_. Conselho Federal de Justiça. **Competência**. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/turma-nacional-de-uniformizacao>. Acesso em: 30 de agosto de 2019.
- \_\_\_\_\_. Turma Nacional de Uniformização. **Acórdão 200770950160607**. Relator para acórdão: Juiz Federal João Carlos Mayer Soares. DJ: 22/06/2009. Disponível em: [https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/mostra\\_publicacao.php?tipo=teor&num=20070950160607240409](https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/mostra_publicacao.php?tipo=teor&num=20070950160607240409). Acesso em: 25 de agosto de 2019.
- \_\_\_\_\_. Turma Nacional de Uniformização. **Acórdão 200735007138095**. Relator do acórdão: JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO. DJ: 12/02/2010. Disponível em: [https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/mostra\\_publicacao.php?tipo=teor&num=200735007138095161109](https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/mostra_publicacao.php?tipo=teor&num=200735007138095161109)>. Acesso em: 25 de agosto de 2019.
- \_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal (4. Região). **Apelação Cível 5028246-20.2015.4.04.9999/PR**, Relator: Desembargador Federal Márcio Antonio Rocha. DJ: 05/02/2019, Turma Regional Suplementar. Disponível em: [https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&numero\\_gproc=40000839226&versao\\_gproc=4&crc\\_gproc=0311e463&termosPesquisados=IGNvbmN1YmluYSA=](https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numero_gproc=40000839226&versao_gproc=4&crc_gproc=0311e463&termosPesquisados=IGNvbmN1YmluYSA=). Acesso em: 25 de agosto de 2019.
- \_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal (4. Região). **Apelação Cível 5004321-86.2011.404.7007/PR**, Relator: Tais Schilling Ferraz. DJ: 22/07/2014, Quinta Turma.

Disponível em:

[https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&documento=6745084&termosPesquisados=IGNvbmN1YmluYSA=](https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&documento=6745084&termosPesquisados=IGNvbmN1YmluYSA=). Acesso em: 25 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 1348458 MG 2012/0070910-1**.

Relator: Ministro João Otávio de Noronha. DJ: 08/05/2014. **JusBrasil**. 2014. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25178200/recurso-especial-resp-1348458-mg-2012-0070910-1-stj>. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental No Agravo De Instrumento 683975 / RS 2005/0090735-7**. Relator: Ministro Vasco Della Giustina. DJ: 02/09/2009.

Disponível em:

[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=5900102&num\\_registro=200500907357&data=20090902&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=5900102&num_registro=200500907357&data=20090902&tipo=5&formato=PDF). Acesso em: 25 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial Nº 742.685 RJ 2005/0062201-1**.

Relator: Ministro José Arnaldo da Fonseca. DJ: 04/08/2005. Disponível em:

[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=566685&num\\_registro=200500622011&data=20050905&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=566685&num_registro=200500622011&data=20050905&formato=PDF). Acesso em: 25 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 1754008 / RJ 2018/0176652-5**.

Relator: Ministro Luis Felipe Simão. DJ: 13/12/2018. Quarta turma. STJ, 2018. Disponível em:

[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1844225&num\\_registro=201901160331&data=20190701&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1844225&num_registro=201901160331&data=20190701&formato=PDF). Acesso em: 25 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário: 590779 / ES**. Relator:

Ministro Marco Aurélio. DJ: 10/02/2009. Primeira turma. Disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=583915>. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

BENCKE, Carlos Alberto. **Partilha de bens na união estável, na união homossexual e no concubinato impuro**. Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre, n. 14, jul./set. 2002.

BERTOLAIA, Denilson e PALAZZOLO, Massimo. **A Ordem social e sua Efetividade Constitucional**. In: REVISTA DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA. Editora Unijuí. Ano 4, n. 8, jul./dez., 2016. ISSN 2317-5389. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Unijuí. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia>. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

BOLMANN, Vivian. **Princípios Constitucionais da Previdência Social**. Itajaí, v.1, n. 1, 3º quadrimestre de 2006. Disponível em:

<http://siaibib01.univali.br/pdf/Artigo%20Vilian%20Bollmann.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

CAVALCANTI, Lourival Silva. **União Estável**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAZELLI, Vinícius Ribeiro. **Reconhecimento das famílias paralelas à luz da Constituição Federal**. Informativo Jurídico Consulex, v. 23, n. 35, ago 2009.

CHAVES, Mariana. **Famílias Paralelas**. 2009. Disponível em:  
<http://www.ibdfam.org.br/?artigo&artigo=495>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: Família – Volume 5**. São Paulo: Saraiva, 2012.

DAL COL, Helder Martinez. **A família à luz do concubinato e da união estável**. Rio de Janeiro, Forense, 2002.

DIAS, Maria Berenice. **Amor versus preconceito**. 2002. Disponível em:  
[http://mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2\\_674\)15\\_\\_amor\\_versus\\_preconceito.pdf](http://mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_674)15__amor_versus_preconceito.pdf).  
 Acesso em: 13 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Adulterio, bigamia e união estável: realidade e responsabilidade**. 2010. Disponível em:  
[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2\\_790\)4\\_\\_adulterio\\_bigamia\\_e\\_uniao\\_est\\_avel\\_\\_realidade\\_e\\_responsabilidade.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_790)4__adulterio_bigamia_e_uniao_est_avel__realidade_e_responsabilidade.pdf). Acesso em: 13 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Bem Feito! Quem Manda ser Mulher?**. 2010. Disponível em:  
[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2\\_734\)21\\_\\_bem\\_feito\\_quem\\_manda\\_ser\\_mulher.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_734)21__bem_feito_quem_manda_ser_mulher.pdf). Acesso em: 35 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Manual de Direito das Famílias**. 5 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, vol 5: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERRARINI, Letícia. **Famílias simultâneas: sua tutela judicial a partir da doutrina dos deveres de proteção dos direitos fundamentais nas relações entre particulares**. Diss.(Mestrado em direito). Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FERREIRA, Juliana de Oliveira Duarte e SILVA, Mauricio Lorena Coelho. **Os efeitos previdenciários das famílias paralelas**. In: MOGNON, Alex (Coord.); VIEIRA, Lucia Helena Vieira (Coord). Regimes Próprios: Aspectos Relecentes. São Bernardo do Campo: 2011.

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA, Rodrigo Pamplona Filho. **Novo Curso de Direito Civil**, Vol 6: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2012.

GIORGIS, José Carlos Teixeira. **Direito de família contemporâneo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

GOECKS, Renata Miranda e OLTRAMARI, Vitor Hugo. **A possibilidade do reconhecimento da união estável putativa e paralela como entidade familiar, frente aos princípios constitucionais aplicáveis**. In: MADALENO, Rolf; MILHORANZA, Mariângela Guerreiro (Coord.). *Atualidades do Direito de Família e Sucessões*. 2. ed. Sapucaia do Sul: Notadez, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 6.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Famílias Paralelas**. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo, v. 108, jan/dez 2013. Disponível em: [https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67983/pdf\\_8/](https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67983/pdf_8/). Acesso em: 01 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Família e casamento em evolução**. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=14>>. Acesso em: 20 de julho de 2019..

HORVATH JUNIOR, Miguel. **Direito previdenciário** (Coleção Sucesso: Concursos Públicos e OAB). Barueri, SP: Manole, 2011.

KRAPF, Alessandra Heineck. **Família simultâneas: reflexos jurídicos a partir de uma perspectiva constitucional e jurisprudencial**. 2013. Disponível em: [http://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/alessandra\\_krapf.pdf](http://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/alessandra_krapf.pdf). Acesso em: 23 de julho de 2019.

LINO, Leandro Jorge de Oliveira e TANAKA Auro Hadano. **Estudo de julgados sobre a divisão da pensão previdenciária por morte nas famílias simultâneas**. In: *Revista Brasileira de Previdência*, 5ª ed. Novembro, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/previdencia/article/view/9322/6851>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

LOBO, Paulo Luiz Netto. **Constitucionalização do Direito Civil**. 2014. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/129/novosite> Acesso em: 03 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus**. 2002. Disponível em: [http://www.ibdfam.org.br/\\_img/congressos/anais/193.pdf](http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/193.pdf). Acesso em: 03 de julho de 2019.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense Jurídica, 2008.

MAIA, Fabiana Meira. **Concubinato adúltero: panorama histórico e disciplina jurídica a partir do Código Civil de 2002**. 2007. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/321/CONCUBINATO+ADULTERINO%3A+Panorama+histórico+e+disciplina+jurídica+a+partir+do+Código+Civil+de+2002>. Acesso em: 23 de julho de 2019.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.



NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **A cidadania social na Constituição de 1988: estratégias de positivação e exigibilidade judicial dos direitos sociais.** São Paulo: Verbatim, 2009.

OLIVEIRA, Euclides Benedito de. **União Estável: do concubinato ao casamento**, 6ª ed., São Paulo, Método, 2003.

PAULO, Vicente. ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

PENA JR, Moacir César. **Direito das Pessoas e das Famílias.** São Paulo: Saraiva, 2008. p

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Concubinato e união estável.** 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

PORTELA, Marcel F. de Oliveira. **O reconhecimento judicial de uniões estáveis paralelas: a família como garantia institucional na jurisprudência do STF.** Universitas JUS, v. 26, 2015.

PORTO, Duina. **O reconhecimento jurídico do poliamor como multiconjugalidade consensual e estrutura familiar.** Tese (Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

\_\_\_\_\_. **Mononormatividade, intimidade e cidadania.** In: Rev. direito GV, vol.14, n.2, São Paulo, May/Aug. 2018. Disponível em: [http://scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-24322018000200654#B31](http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000200654#B31). Acesso em: 05 de julho de 2019.

ROCHA, Daniel Machado. **O direito fundamental à previdência social: na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

RUZYK, Pianovski. **Famílias simultâneas: da unidade codificada à pluralidade constitucional.** Curitiba, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/59793/D%20-%20CARLOS%20EDUARDO%20PIANOVSKI%20RUZYK.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário** (Coleção sinopses jurídicas; v. 25). 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e direitos Fundamentais na Constituição de 1988,** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SCHREIBER, Anderson. **Família Simultâneas e Redes Familiares.** In: ALVES, Leonardo Barreto Moreira (Coord.); JUNIOR, Marcos Ehrhardt (Coord). **Leituras complementares de Direito Civil: Direito de Família.** Salvador: Juspodivm, 2010.

SILVA, Maria dos Remédios Fontes. TORRES, Claudia Vechi Torres. **Aplicação e Impactos Da Repercussão Geral na Admissibilidade do Recurso Extraordinário o Stf.** 2016. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7448bfbe44167441>. Acesso em: 30 de julho de 2019.

VELOSO, Zeno. **Código Civil Comentado**. Vol. XVII, Coord. Álvaro Villaça de Azevedo, São Paulo, Atlas, 2003.

VERAS, Érica Verícia Canuto de Oliveira. **Famílias simultâneas**: um diálogo sócio-jurídico. In: Revista FIDES, Natal, vol. 4, n.2, juL./dez. 2013.

VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Curso de direito previdenciário**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VIEIRA, Laura Uhry. **Famílias Paralelas**: uma nova realidade na esfera do direito das famílias. 2015. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.